

Victoria Helena Guimarães

**O JOGO DA ANEXAÇÃO DA CRIMEIA:
O CONFLITO UCRANIANO SOB A ÓTICA DA TEORIA DOS JOGOS**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade de Santa Cruz do Sul, modalidade monografia, para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Guilherme Machado Guimarães

Santa Cruz do Sul

2016

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho é resultado de um esforço coletivo, e deve-se pela contribuição de colegas, amigos, familiares e, sobretudo pelos professores da Universidade de Santa Cruz do Sul.

À Coordenação do Departamento de Ciências Econômicas, pelo admirável corpo docente que serviu como base de sustentação do meu crescimento profissional tanto pessoal.

Ao Professor Guilherme Machado Guimarães, pela orientação, pela paciência e por ter se mostrado sempre disposto a ajudar.

À Professora Mariana Dalalana Corbellini, obrigada pelo apoio e dedicação em todas as etapas do meu Trabalho de Conclusão de Curso.

À minha família, em especial ao meu pai e minha mãe pelas demonstrações de afeto e confiança que traduziram-se em motivação imprescindível para a finalização do trabalho.

Ao meu namorado Mauricio F. Raasch, obrigada pelo apoio e motivação sempre.

Aos colegas e amigos, obrigada pela incansável troca de ideias, sugestões e opiniões, ao longo desses anos de estudos.

“A crise é a melhor bênção que pode ocorrer com as pessoas e empresas, porque ela traz progressos... É nas crises que nascem as invenções, os descobrimentos e as grandes estratégias... O inconveniente das pessoas e dos países é a esperança de encontrar as saídas e soluções fáceis. Sem crises, não há desafios.”

(Albert Einstein)

RESUMO

A Ucrânia, país do leste europeu, vive uma grave crise social e política, iniciada em novembro de 2013, quando o então presidente, Viktor Yanukovich, desistiu de assinar um acordo de livre-comércio e associação política com a União Europeia (UE). Milhares de manifestantes foram às ruas protestar, o que levou Yanukovich a deixar a presidência e à convocação de novas eleições. Com isso, a Rússia passou a interferir mais ativamente no país através de exercícios militares, como na península da Crimeia, região até então pertencente à Ucrânia, mas que, posteriormente, foi anexada pelos russos. Esse posicionamento russo desencadeou um dos mais sérios conflitos da atualidade na Europa. Neste contexto, a Teoria dos Jogos se torna valiosa para analisar esse impasse diplomático. O presente trabalho usa como método de pesquisa o hipotético-dedutivo, e tem como problema de pesquisa criar um modelo de jogo representando a anexação da Crimeia pela Rússia, e verificar, quanto à situação real do conflito, se há um Equilíbrio de Nash em estratégias puras. A partir da análise teórica da Teoria dos Jogos é feito um estudo de caso a fim de melhor compreender a existência do conflito ucraniano e a atuação de atores internacionais envolvidos – Rússia, Ucrânia, UE e Estados Unidos da América (EUA). O objetivo geral é realizar um estudo a respeito da crise ucraniana, a partir de 2013, representando-a em um modelo de jogo da anexação da Crimeia, identificando o comportamento dos atores e quais foram seus processos estratégicos utilizados. Para tanto, tem-se como objetivos específicos explicar a Teoria dos Jogos; realizar um mapeamento histórico da Ucrânia, no qual será apresentada a trajetória política e cultural do país; realizar o jogo da anexação da Crimeia pela Rússia, identificando os atores participantes do conflito e como se comportam; e, por fim, verificar se há um Equilíbrio de Nash em estratégias puras no cenário atual. Diante disso, através da aplicação da Teoria dos Jogos nas Relações Internacionais, pôde-se constatar através do jogo desenvolvido que é possível representar tal conflito em um modelo de jogo, além de certificar-se que houve um Equilíbrio de Nash.

Palavras-chave: Teoria dos Jogos; Estratégias; Conflito Ucraniano; Anexação da Crimeia; Equilíbrio de Nash.

ABSTRACT

The Eastern European country, Ukraine, lives a serious social and political crisis, which began in November 2013, when the President, Viktor Yanukovich, backed out of signing a free trade agreement and political association with the European Union (EU). Thousands of demonstrators took to the streets to protest, which led to Yanukovich to leave the Presidency and call for new elections. With this, Russia began to interfere more actively in the country through military exercises, as in the Crimean peninsula, the region hitherto belonging to Ukraine, but that later was annexed by the Russians. This Russian position triggered one of the most serious current conflicts in Europe. In this context, the game theory becomes valuable to analyze this diplomatic impasse. The present study uses as a method of the hypothetical-deductive research, and research problem create a game representing the annexation of Crimea by Russia, checking on the actual situation of the conflict, if there has a Nash equilibrium in pure strategies. From the theoretical analysis of the game theory a case is create to study in order to better understand the existence of the Ukrainian conflict and the activities of international actors involved – Russia, Ukraine, EU and United States of America (USA). The general objective is to carry out a study about the Ukrainian crisis, from 2013, representing her in a game of annexation of Crimea, identifying the behavior of actors and what were yours strategic processes used. To this end, specific objectives explain the game theory; perform a historical mapping of Ukraine, in which is displayed the political and cultural trajectory of the country; carry out the annexation of Crimea by Russia, identifying the actors participating in the conflict and how to behave; and, finally, check for a Nash equilibrium in pure strategies in the current scenario. Given that, through the application of game theory in international relations, one can see through the game developed that you can represent such a conflict in a game, in addition to making sure there was a Nash equilibrium.

Key-words: Game Theory; Strategies; Ukrainian Conflict; Annexation of the Crimea; Nash equilibrium.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O Dilema do Prisioneiro	22
Figura 2 – O Jogo do Sequestro	25
Figura 3 – Crise dos Mísseis Cubanos	31
Figura 4 – O Equilíbrio de Nash na Crise dos Mísseis Cubanos	32
Figura 5 – Guerra do Iraque e armas de destruição em massa	33
Figura 6 – Mapa da Antiga URSS e seus países membros	36
Figura 7 – Mapa da Ucrânia Independente	36
Figura 8 – População ucraniana que fala russo	45
Figura 9 – Mapa de Anexação da Crimeia pela Rússia	49
Figura 10 – O Jogo da Anexação	60
Figura 11 – O Equilíbrio de Nash	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos
G7	Grupo dos Sete
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WDM	<i>Weapons Mass Destruction</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	Problema de Pesquisa.....	11
1.2	Objetivos.....	11
1.2.1	Objetivo Geral.....	11
1.2.2	Objetivos Específicos.....	11
1.3	Justificativa.....	12
1.4	Metodologia.....	14
2	TEORIA DOS JOGOS.....	16
2.1	O que é Teoria dos Jogos?.....	16
2.1.1	Jogos Simultâneos.....	20
2.1.2	Jogos Sequenciais.....	23
2.1.3	<i>Pay-off</i>.....	26
2.2	Teoria dos Jogos nas Relações Internacionais.....	27
2.2.1	Exemplo 1: Crise dos Mísseis Cubanos.....	30
2.2.2	Exemplo 2: Guerra do Iraque.....	33
3	BREVE HISTÓRICO DA UCRANIA.....	35
3.1	Conflito Ucraniano.....	41
3.1.1	Anexação da Crimeia.....	48
4	JOGO DA ANEXAÇÃO.....	58
4.1	Análise do jogo.....	61
5	CONCLUSAO.....	67
	REFERÊNCIAS.....	72

1 INTRODUÇÃO

A Teoria dos Jogos é comumente utilizada no estudo de seleção de estratégias ao lidar com situações entre concorrentes, conflitos e crises. A teoria destina-se a encontrar o melhor perfil de estratégia, através do uso da matemática sob a suposição de que todos os jogadores, participantes de estratégias no âmbito da Teoria dos Jogos, são jogadores racionais. É utilizada para entender o processo de decisão de jogadores que interagem entre si, a partir da compreensão lógica da situação em que estão envolvidos, onde são representados através de jogos, movidos a uma sequência de ações (estratégias), destinados a alcançar um determinado objetivo.

Em um quadro teórico com uma abordagem científica, Teoria dos Jogos e Relações Internacionais se acrescentam mutuamente. A ideia central, de unir essas áreas, parte do pressuposto de que os Estados são movidos pela disputa por poder. A aproximação de ambos os campos torna-se perceptível na confluência dos interesses comuns de países ligados a decisões estratégicas e situações de barganha entre atores no cenário internacional. A Teoria dos Jogos equaciona processos econômicos e políticos, bem como conflitos internacionais, no qual o foco são as estratégias utilizadas pelos jogadores, exercidas decorrentes nos processos decisórios no âmbito internacional. A utilização da teoria neste trabalho procurará apresentar brevemente seus fundamentos e aplicações, no qual o objetivo principal será representar um episódio de conflito em específico no cenário das relações internacionais. Dessa forma, procurando entender a lógica nas decisões dos jogadores e responder se há um equilíbrio nos seus movimentos estratégicos.

No fim de 2013 e início de 2014, sucedeu-se uma série de protestos na Ucrânia, com intensas manifestações contra o governo do então presidente Viktor Yanukovich e conflitos entre civis. O pretexto principal que concebeu o grande manifesto seria o fato de Yanukovich ter decidido que o país não assinaria o acordo de livre-comércio e associação política com a UE, pretendendo reforçar as relações com a Rússia, descontentando parte dos ucranianos e a oposição do governo.

O conflito interno na Ucrânia está relacionado com divisões geográficas e culturais do país. A partir do desmembramento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as tensões políticas entre os dois países vizinhos - Ucrânia e Rússia - continuaram em muitas situações. Desde 1991, quando houve a

desintegração da URSS e a independência da Ucrânia, o governo russo disfarça ter reconhecido o país como independente. Até os dias de hoje, a Ucrânia Ocidental possui laços com a Europa Ocidental, e a Ucrânia Oriental, com a Federação Russa. Desse modo, ambos possuem interesses contraditórios: à medida que a UE tem interesse em expandir sua área de atuação e influência para o leste e isolar a Rússia, o governo russo demonstra querer aumentar sua zona de influência, e recuperar o poder e domínio que tinha no período da URSS. Nesse sentido, um grande conflito ocorreu, e ainda está ocorrendo, e dividiu a Ucrânia, que se encontra entre esses dois polos, em lados opostos. Tais divisões expressam-se, ainda, em diferentes vertentes de nacionalismo.

Além do que já foi citado, há uma série de outros fatores que levaram as pessoas às ruas, como a pobreza, desemprego, desvalorização dos serviços sociais, desigualdade social, corrupção, crise econômica e a forte repressão policial contra os protestantes. A saída abrupta do presidente Yanukovich e as tensões em Kiev (capital ucraniana) levaram a Rússia a iniciar exercícios militares na fronteira com a Ucrânia e na base russa no Mar Negro, localizada na península da Crimeia. Tal ação militar, fez com que os planos da Rússia, de anexação da Crimeia, fossem efetivos, pois sua localização geográfica representa um grande valor estratégico, com sua saída para o Mar Negro. A Crimeia era uma província semiautônoma situada ao sul da Ucrânia, que foi anexada pela Rússia, em 2014, mas este acontecimento é visto como ilegítimo mundialmente. Trata-se de uma área que já pertenceu à Rússia, mas foi anexada pela Ucrânia em 1954. Apesar de ter sido considerada parte do território ucraniano durante muitos anos, a Crimeia sempre possuiu fortes vínculos étnicos e políticos com a Rússia. Pela Ucrânia e Crimeia são passados imensos gasodutos, que fornecem o combustível à Europa originário da Rússia, que é a maior fornecedora de gás natural da Europa. Então, devido a essa hostilidade e ao posicionamento territorial estratégico da Crimeia, ela tornou-se cobiçada por outros Estados, cuja essência não é somente interesses econômicos e políticos, mas também questões de identidade histórica e ideológica.

Ao longo das últimas décadas as negociações internacionais têm sido predominantemente analisadas sob a perspectiva da teoria da negociação racionalista. A relação entre a distribuição de poder e a probabilidade de guerra tem estado no centro de um debate longo e importante na teoria nas Relações Internacionais. Tendo em vista os aspectos observados, este trabalho limita-se a um

estudo a respeito do conflito interno ucraniano, em que através do uso da Teoria dos Jogos procura sistematizar e analisar a anexação da região da Crimeia através de um modelo de jogo; para entender algumas das principais tomadas de decisões realizadas pelas partes envolvidas em busca de seus maiores ganhos possíveis. A análise do referido processo, demonstrará as tomadas de decisões dos jogadores - Rússia, Ucrânia, União Europeia e Estados Unidos da América -, observando o comportamento destes, pela qual poderão ser mostrados os melhores *Pay-offs* obtidos e verificar se há Equilíbrio de Nash¹, diante desta questão diplomática.

1.1 Problema de Pesquisa

Considerando os pressupostos da Teoria dos Jogos, é possível representar a anexação da Crimeia pela Rússia, em meio ao conflito ucraniano em 2014, por meio de um modelo de jogo? Quanto ao *status quo* do conflito, há um Equilíbrio de Nash em estratégias puras?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é realizar um estudo a respeito da crise ucraniana dada a partir de 2013, analisando a anexação da Crimeia pela Rússia, através de um modelo de jogo. E identificar quais tomadas de decisão e estratégias utilizadas pelos jogadores (Rússia, Ucrânia, UE e EUA), em que ocasionou a situação atual.

1.2.2 Objetivos Específicos

- (a) Explicar a Teoria dos Jogos, que constituirá o marco teórico do trabalho, apresentando brevemente seus fundamentos e aplicações;

¹ O equilíbrio de Nash representa uma situação dada em um jogo envolvendo dois ou mais jogadores, na qual nenhum jogador tem a ganhar mudando sua estratégia unilateralmente. Este conceito será aprofundado mais adiante.

- (b) Realizar um mapeamento histórico da situação ucraniana, apresentando os motivos da existência de um conflito no país a partir de 2013;
- (c) Criar um modelo de jogo de anexação da Crimeia pela Rússia, identificando os atores participantes e como se comportam;
- (d) Verificar se há um Equilíbrio de Nash no cenário atual do conflito.

1.3 Justificativa

No mundo contemporâneo, as questões internacionais ganham cada vez mais importância a serem exploradas. A proposta de estudar o conflito ucraniano nas Relações Internacionais é a realizar uma análise em sistemas hostis, podendo somente ser compreendida a partir de uma visão global dos conflitos geopolíticos e econômicos, pertencendo não apenas a fenômenos estritamente nacionais, mas sim a fenômenos influenciados diretamente ou indiretamente, por diversos países. As hostilidades, tanto em âmbito interno quanto externo, passaram a acometer o cenário mundial, acelerando-se, progressivamente, a transição em curso nas relações de poder no mundo, em termos geopolíticos, econômicos e militares. A Organização das Nações Unidas (ONU), em seu papel de instituição internacional, tenta desempenhar sua função na gestão de todos os tipos de assistência, desde a ascensão do desenvolvimento de instituições democráticas, a instauração da paz e segurança entre as nações em guerra. Mas nem sempre possui eficiência em estratégias usadas para solucionar desarmonias, assim falhando na tentativa de consolidação de paz no mundo.

À vista disso, a aplicação da Teoria dos Jogos no campo das Relações Internacionais mostra-se factível, pois grande parte das relações da vida real é repetitiva (formando constituições de padrões). Sendo assim, é possível comparar situações onde indivíduos são movidos pelos mesmos interesses, regras, ações, propiciando a criação de regras para o estabelecimento de jogos e decisões mais eficientes, e que afetam os interesses alheios. A teoria busca compreender o comportamento dos atores em suas decisões, considerando que os Estados são os principais atores do sistema internacional, agentes unitários e racionais, movidos pela preocupação com o poder e segurança, e predispostos ao conflito e à competição, bem como à cooperação.

A Ucrânia é um país independente há 25 anos, resultado do esfacelamento da URSS. Atualmente, suas divisões ideológicas impedem a estabilidade política e econômica no país, sendo ele alvo de cobiça das potências europeias, mas, ainda, vivendo sob a sombra da Rússia. O conflito ucraniano ocorrido no final de 2013 se deu através do descontentamento da população em relação ao processo de tomadas de decisões de atores políticos internos no país, no qual seguem uma lógica histórica de interesses (pró-ocidente ou pró-Rússia). A ex-república soviética é rota de diversos gasodutos que transportam o gás russo para a Europa. Além disso, a Rússia mantém sua base militar estratégica na Crimeia, região ucraniana recém-anexada pela Rússia, onde a maioria da população é de origem russa. Observando a história e a formação do país, é possível afirmar que a disputa entre as regiões está relacionada fortemente com a luta de influência entre UE e Rússia no território da Ucrânia. Ela tem sido descrita na imprensa internacional, como uma das crises políticas mais perigosas em pelo menos uma geração, sendo exteriorizada como uma reprise da Guerra Fria, na qual a Rússia recuperou sua força, prestígio e está procurando mostrar isso na sua fronteira e suas zonas de influências.

Justifica-se a escolha desse tema em virtude da intenção de aprofundar os conhecimentos no que se refere à análise de conflitos através do uso da Teoria dos Jogos. Como parte do avanço para o entendimento desta teoria nas Relações Internacionais, este estudo tem como propósito compreender o comportamento dos atores nas decisões no âmbito dos regimes internacionais. A partir disso, as Relações Internacionais podem utiliza-la para elaborar possíveis cenários, onde seus atores, sejam sociais, sejam estatais, fazem escolhas que potencialmente afetam os interesses alheios. Dessa forma, complementando os estudos sobre análises de cenários de conflitos, em que, o comportamento dos agentes envolvidos em certas situações de pressão, contribui para a formulação de cenários e estratégias de ação coletiva.

Em suma, esta pesquisa é realizada na aplicação de um modelo de jogo, no qual representará a anexação da Crimeia, apresentando as tomadas de decisões dos atores envolvidos no conflito ucraniano (Rússia, Ucrânia, UE e EUA) e suas repercussões. Em que, através da postura destes, poderemos notar os motivos os quais os levaram a agir de certa forma, estando corretos ou não. A política do poder entre os Estados, esta fortemente salientada em seus comportamentos, todavia

pretende-se levar à reflexão a questão – o quão importante é disputar o poder, através de um jogo de interesses, sendo ele por motivos territoriais, econômicos ou ideológicos, infringindo a integridade territorial de um Estado, com ameaças e uso de força, resultando em grandes conflitos e mortes?

1.4 Metodologia

Este trabalho utilizou, como forma geral de estudo, o modelo descritivo-explicativo de pesquisa. Além disso, foi feito um estudo com bases lógicas no método hipotético-dedutivo, em que seus procedimentos metodológicos acontecerão através de pesquisas bibliográficas e documentais. Foi realizado um estudo de caso de modo a melhor compreender a existência do conflito ucraniano e a atuação de atores da comunidade internacional envolvidos neste, sob a análise da Teoria dos Jogos e suas aplicações. Posteriormente foi desenvolvido um modelo de jogo conforme as aplicabilidades da teoria, dentro do contexto da crise ucraniana.

Como se trata de um trabalho de análise bibliográfica e documental, a descrição e explicação do assunto foram realizadas a partir de fontes bibliográficas e documentais sobre os temas propostos - Teoria dos Jogos e a crise ucraniana. O trabalho começa abordando a Teoria dos Jogos, que surgiu inicialmente no campo das Ciências Econômicas, visando estudar as tomadas decisões realizadas por jogadores e demonstrar através de modelo de jogos.

Além disso, são aprofundados os tipos de jogos existentes e suas aplicações, no qual existem denominações para tais características. E, para tanto, são utilizadas dissertações, artigos e livros como base de estudo, como *A concepção da Teoria dos Jogos e suas implicações teóricas para as Relações Internacionais: limites e possibilidades*, de Ana Cecília da Costa Silva Coelho (2012); *Uma introdução à Teoria dos Jogos* de Sartini *et al.* (2004); *Games of strategy* de Dixit, Skeath e Reiley (2009); *Games, Strategies and Decision Making* de Joseph E. Harrington (2009) e *A Teoria dos Jogos e as Ciências Sociais* de Ádamo Alberto de Souza (2003).

Posteriormente, é tratada especificamente, a questão da crise ucraniana. Na qual, tratou-se de suas raízes históricas e subseqüentemente as causas principais de conflito. Para tanto, são usadas, como base, artigos científicos, como *A crise ucraniana e suas implicações para as Relações Internacionais* de Fabiano Mielniczuk (2014); *O atual processo de construção identitária da Ucrânia: o conflito*

entre a tradição russa e o modelo econômico da EU de Daniela Sallet Lunkes e Danielle Jacon Ayres Pinto (2014); *Crimea and the russian-ukrainian conflict* de Anton Bebler (2015); e, *Competing nationalisms, euromaiden, and the russian ukrainian conflict* de Taras Kuzio (2015).

E, por fim, no último capítulo, para entender e aprofundar o estudo da crise ucraniana e a correlação com a Teoria dos Jogos é elaborado, por mim, um jogo sobre a anexação da Crimeia. Nele são retratadas as decisões efetivas tomadas pelos jogadores, bem como é apresentado viáveis caminhos a serem tomados, para a obtenção dos melhores *Pay-offs* pelos jogadores. Ao final, é feita uma análise verificando se houve um equilíbrio de Nash diante das combinações de estratégias feitas.

2 TEORIA DOS JOGOS

O presente trabalho terá como fundamentação teórica a Teoria dos Jogos, e este capítulo iniciará fazendo uma abordagem da mesma. A Teoria dos Jogos é um ramo da Matemática aplicada que estuda situações estratégicas em que os jogadores escolhem diferentes ações na tentativa de melhorar seu retorno. Além disso, em um segundo momento, será tratada a questão da Teoria dos Jogos propriamente nas Relações Internacionais, assim como apresentando modelos de jogos utilizados para representar situações reais do cenário internacional.

Escolheu-se a Teoria dos Jogos para aprofundar o processo de análise dos conflitos internacionais que serão tratados no capítulo seguinte, uma vez baseado em modelos de jogos matemáticos que põem em evidência os movimentos estratégicos de entidades internacionais. Diversos autores matemáticos propõem a ir além do uso desta teoria econômica restrita a essa ciência, posto que tal aplicação em Relações Internacionais destaca-se através da compreensão lógica das tomadas de decisões dos atores internacionais; expondo seus comportamentos e processos estratégicos, e que influenciam o cenário internacional como um todo (DAMIANI, 2014).

2.1 O que é Teoria dos Jogos?

A Teoria dos Jogos é a aplicação da lógica matemática no processo de tomada de decisões, exercida nas relações econômicas, internacionais, na política, como em guerras, marcado por conflitos de interesse, em que determinam a melhor estratégia para cada jogador. Seu principal objetivo é prever os movimentos dos outros jogadores, sejam eles concorrentes ou aliados. Os jogadores (atores²) são os tomadores de decisão, que, em um momento de decisão, apresentam-se de forma a racionalizar suas preferências, e assim, os jogadores se posicionam da melhor forma para obter seus resultados pretendidos (ALMEIDA, 2006).

Dado o exposto, conforme Dixit, Skeath e Reiley (2009), a teoria procura legitimar a lógica na hora de decisões e ajudar a responder se é possível haver

² Os participantes das estratégias ou tomada de decisão no âmbito da Teoria dos Jogos são conhecidos como jogadores ou atores, que representam, por exemplo, negociadores ou entidades internacionais.

colaboração entre os jogadores, apresentando em quais circunstâncias o mais racional é colaborar ou não colaborar, e quais estratégias devem ser adotadas para garantir a cooperação entre os jogadores. Ela estuda o comportamento dos agentes nas tomadas de decisão em situações conflituosas, em ambientes, muitas vezes, competitivos, assim, contribuindo para a criação de cenários e estratégias de ação coletiva.

Segundo Vitorino Filho *et al.* (2009), os matemáticos John Von Neumann (1903-1957) e Oskar Morgenstern (1902-1977) lançaram as bases de uma teoria a qual chamamos, atualmente, de Teoria dos Jogos. Eles escreveram o livro *Theory of Games and Economic Behavior* (Teoria dos Jogos e Comportamento Econômico) em 1944, no qual representavam as escolhas racionais e os acontecimentos sociais através de modelos de jogos, e que, a partir de um cálculo com probabilidade e satisfação máxima de sua utilidade, interpretavam as estratégias de ação mais vantajosas.

Posteriormente, após os primeiros passos da Teoria dos Jogos, surge outro importante colaborador, chamado John Forbes Nash, estudioso matemático, que buscou aperfeiçoar a Teoria dos Jogos. Ele explorou e desenvolveu uma forma inovadora sobre a análise das interações entre dois jogadores racionais envolvidos em uma situação de barganha, originando uma teoria baseada na suposição de que as probabilidades de cada jogador em relação à conduta de outro jogador são baseadas nas características inerentes das próprias condições de troca (VITORINO FILHO *et al.*, 2009).

Dessa forma, Souza (2003) clarifica o entendimento da teoria criada por Nash como:

Segundo Nash, o modo como dois agentes vão dividir o ganho, refere-se a quanto o acordo vale para cada jogador. Tal ideia repousa na premissa que a troca depende de uma combinação de opções em que os negociadores tenham como referência, e os benefícios de realizar um acordo. Nash definiu o conceito de equilíbrio como uma disposição recíproca das diferentes partes (jogadores participantes de um jogo) de um todo, no qual nenhum participante (jogador) poderia melhorar sua situação optando por uma estratégia alternativa disponível, sem que isso provoque embaraço em relação a melhor escolha feita especificamente por cada indivíduo que levará ao melhor resultado possível. Para Nash, um jogo com qualquer número de jogadores vai ter pelo menos um ponto de equilíbrio, podendo haver jogos com muitos pontos de equilíbrio (SOUZA, 2003, p.171).

Nash também foi contemplado com o prêmio Nobel de Economia em 1994, que lhe rendeu reconhecimento internacional, e, posteriormente, com a divulgação do filme *Uma Mente Brilhante*. Em seguida, Robert Putnam, cientista político, apresentou um modelo político de resolução de conflitos internacionais, em sua obra *Two-level Game Theory* (Teoria dos Jogos em Dois Níveis), em 1988, no qual foram criados modelos de jogos com o intuito de analisar situações políticas salientadas pelas pressões oriundas das esferas internacionais. Neste caso, Putnam afirmou que os acordos internacionais somente terão êxito caso também resultem benefícios no âmbito doméstico (DAMIANI, 2014).

Retomando o conceito da Teoria dos Jogos, Fiani (2009, p. 9) afirma que “a Teoria dos Jogos ajuda a entender, teoricamente, o processo de decisão de agentes que interagem entre si, a partir da compreensão da lógica da situação em que estão envolvidos”. Podendo ser utilizada para estudar jogos de salão, negociações políticas e comportamentos econômicos. Para Bêni (2004), a concepção de estratégia é uma sequência de ações destinadas a alcançar uma determinada meta. E, essa sequência de ações, tanto pode levar em consideração quanto pode desconsiderar modificações que cada ação provoca.

A ação de cada participante é afetada, diretamente ou indiretamente, pela ação de outros participantes, logo, há uma interação estratégica. Os jogadores devem elaborar planos para a sucessão de movimentos que eles esperam para fazer, considerando todas as eventualidades que possam surgir no decorrer de um jogo. Tal plano de ação é chamado de estratégia, isto é, para Coelho (2012), uma estratégia é uma lista das escolhas ótimas para um jogador. Nesta lista já estão presumidas todas as possíveis situações que o jogador poderá enfrentar. Portanto, havendo uma estratégia, o jogador saberá o que fazer em qualquer estágio, não importando as decisões de seu oponente, nem os resultados dos eventos probabilísticos se houver. Logo Fiani (2009, p. 10) afirma que “a teoria dos jogos ajuda a desenvolver a capacidade de raciocinar estrategicamente, explorando as possibilidades de interação dos agentes, possibilidades, estas, que nem sempre correspondem à intuição”.

A melhor escolha que um jogador faz em função do que seus oponentes estão fazendo, e vice versa, denomina-se equilíbrio de Nash. Nesse jogo, todos os jogadores farão o melhor em função das características dos outros jogadores.

Conforme Coelho (2012):

O Equilíbrio de Nash encontra-se num jogo em que a estratégia escolhida por um jogador é a melhor frente à eleita pelos outros jogadores e, também, a estratégia adotada pelos demais é a melhor frente à estratégia adotada pelo primeiro. Isso quer dizer que nenhum jogador pode aumentar seu ganho de forma unilateral, no Equilíbrio de Nash, todos têm ganhos e perdas conjuntamente. Ainda que os participantes do jogo não cooperem, a busca individual em determinadas situações leva a um resultado de jogo que se caracteriza como estável, ou seja, não há incentivo para que nenhum dos jogadores altere seu comportamento (FIANI, 2006 *apud* COELHO, 2012, p. 121).

Em um equilíbrio de Nash, os jogadores fazem continuamente previsões sobre o comportamento de seus oponentes. Dessa forma, o Equilíbrio de Nash corresponde a uma combinação de estratégias de todos os jogadores. A estratégia escolhida por cada jogador é a melhor para ele próprio, considerando a estratégia utilizada pelo outro jogador. É relevante acrescentar que, o Equilíbrio de Nash verifica-se independentemente do fato de os jogadores terem ou não uma estratégia dominante, o que constitui uma das grandes contribuições teóricas de Nash (PINDYCK; RUBINFELD, 2002).

Segundo as intuições de Sartini *et al.* (2004), ao decorrer dos anos, a Teoria dos Jogos será o alicerce de conhecimento técnico estrito para realizar decisões e para funcionalidade da economia mundial. Atualmente, o desenvolvimento da teoria não atingiu esse estágio, sendo assim principalmente estudada pelos seus conhecimentos matemáticos e em aplicações como ferramenta no entendimento de sistemas. Para Almeida (2006), um exemplo da utilização da Teoria dos Jogos atualmente parte de estudos de muitos economistas pesquisadores. Eles têm usado a teoria, para analisar fenômenos econômicos, utilizando um conjunto de estratégias conhecidas como equilíbrio de jogo, que é baseado na racionalidade. É uma ferramenta que focaliza no processo de concorrência da economia de mercado, ajudando na tomada de decisões, indicando através de estratégias, as maximizações de benefícios, considerando todas as reações possíveis dos concorrentes. Em síntese, a aplicação dos jogos nas ciências econômicas tem em vista à eficácia da ação das decisões consideradas individuais, ou em grupos de interesses, para o ganho de mercados com ou sem a cooperação de outros participantes.

Nas Relações Internacionais, a Teoria dos Jogos vem sendo utilizada, sobretudo no estudo de conflitos inerentes às situações de guerra e paz. Tal

aplicação, no entanto, destaca-se através das tomadas de decisões de atores internacionais, seus comportamentos e processos estratégicos. Por isso tudo, ambas as áreas estudadas conjuntamente oferecem margem a um campo de estudo vasto em assuntos com relação à economia-política, conflitos internacionais e ao comércio internacional (DAMIANI, 2014).

A Teoria dos Jogos é um projeto contínuo, e é impossível prever o que vai tornar-se. A teoria é hoje onipresente na economia e em muitas áreas das ciências sociais, além de ser aplicada frequentemente em outros campos de estudo também, como será abordado, mais adiante, com o conflito ucraniano. Em suma, a Teoria dos Jogos, associa-se a um cenário de decisões estratégicas onde o objetivo principal é compreender o comportamento dos atores na esfera internacional, promovendo ou não a cooperação em prol dos benefícios da atuação conjunta entre os atores (SARTINI *et al.*, 2004).

2.1.1 Jogos Simultâneos

Em jogos com movimentos simultâneos, os jogadores fazem as suas escolhas estratégicas sem conhecimento das escolhas feitas por outros jogadores, elegendo suas ações exatamente ao mesmo tempo. Esses jogos são ilustrados, por exemplo, por mesas de jogos, onde as células mostram retornos para cada jogador e a dimensionalidade da tabela é igual ao número dos jogadores (COELHO, 2012).

Muitas situações diárias podem ser consideradas jogos estratégicos com movimentos simultâneos, como por exemplos, os vários produtores de aparelhos de televisão, aparelhos de som, ou de automóveis, que tomam decisões sobre desenvolvimento dos produtos e suas funcionalidades sem saber o que as empresas rivais estão criando sobre seus próprios produtos concomitantemente; os eleitores em eleições políticas lançando simultaneamente seus votos individuais, no qual nenhum eleitor sabe o que os outros fizeram quando ele faz sua própria decisão; as interações entre um goleiro de futebol e um atacante adversário durante uma cobrança de pênalti requer que ambos os jogadores tomem suas decisões ao mesmo tempo - o goleiro não se pode dar ao luxo de esperar até que a bola realmente seja chutada para decidir qual caminho percorrer, porque então seria demasiadamente atrasado (DIXIT; SKEATH; REILEY, 2009).

Nos jogos dinâmicos (simultâneos), as estratégias podem ser puras ou mistas. Estratégias puras são quando os jogadores não baseiam suas estratégias em aleatoriedade (probabilidade). Em uma dada negociação, uma estratégia pura seria a de não cooperar nunca com a outra parte quando cada jogador faz uma escolha e a mantém. E estratégias mistas são quando o jogador escolhe uma frequência ótima para jogar as suas estratégias, dadas às frequências das escolhas do outro. Toda vez que um jogo não possui uma solução em um ponto de sela, faz-se necessário designar uma distribuição de probabilidade sobre cada conjunto de estratégias. Trata-se de uma estratégia de jogo em que o jogador faz uma escolha aleatória entre as opções possíveis, baseado numa combinação de probabilidades possíveis esperadas (PINDYCK; RUBINFELD, 2002).

A representação dos jogos simultâneos é na forma de um jogo normal (ou modo estratégia) que é uma matriz a qual mostram os jogadores, estratégias, e pagamentos, conforme veremos exemplo logo abaixo. Para melhor entendimento da resolução do jogo é preciso descrever como é o funcionamento: existem dois números dentro de cada quadrado que são os resultados que cada jogador receberá por sua estratégia. Normalmente, o primeiro valor é quanto o jogador da esquerda recebe e o segundo, quanto o de cima recebe. A técnica de solução que pode ser aplicar no jogo é a análise da melhor resposta, em que os jogadores comparam os devidos resultados para tais estratégias utilizadas, onde há uma preferência pela estratégia com um melhor *Pay-off* (HARRINGTON, 2009).

Segundo Vitorino Filho *et al.* (2009), um exemplo comum de jogo simultâneo é o Dilema do Prisioneiro, que se destaca por oferecer uma visão simples e realista de como são medidas as relações humanas na atualidade. Conforme Harrington (2009), esse jogo é conhecido pelo dilema de trair ou cooperar. Inicialmente é apresentada uma situação fictícia onde dois membros de uma gangue criminosa foram presos e colocados em salas separadas para interrogatório. Suas decisões são simultâneas e sem conhecimento das decisões do outro (informação imperfeita). Se um dos prisioneiros confessar (trair o outro) e o outro não testemunhar, o que confessou sai livre enquanto o outro ficará três anos na prisão. Se cada um testemunha contra o outro, ambos estarão sentenciados a dois anos de prisão. E se nem um testemunha contra o outro, cada um recebe um ano. Presumindo que a recompensa de cada jogador é maior quando ele recebe uma pena de cadeia mais curta, como mostra na Figura 1 abaixo:

Figura 1 – O Dilema do Prisioneiro

		Criminal 2	
		<i>Testify</i>	<i>Silence</i>
Criminal 1	<i>Testify</i>	2,2	4,1
	<i>Silence</i>	1,4	3,3

Fonte: Harrington (2009).

Deste modo, as opções de jogadas são: ambos cooperarem; ambos se traírem; o criminoso 1 coopera enquanto o criminoso 2 trai; e o criminoso 1 trai enquanto o criminoso 2 coopera. Observemos que, neste jogo, a combinação de estratégias (testemunhar, testemunhar), foi o equilíbrio de Nash, no entanto, não pareceu proporcionar um resultado muito satisfatório. Na prática, tanto o Criminoso 1 como o Criminoso 2 lucrariam mais se escolhessem (silêncio, silêncio), o que lhes proporcionaria apenas um ano de prisão. Dado o exposto, conforme Vitorino Filho *et al.* (2009, p. 122) “o Dilema do Prisioneiro mostra que, em cada decisão, o prisioneiro pode satisfazer o seu próprio interesse (trair) ou atender ao interesse do grupo (cooperar)”. Cada prisioneiro faz suas decisões sem conhecimento das escolhas dos outros.

Essa jogada não teve uma eficiência de Pareto (ótimo de Pareto), pois uma situação é ótima de Pareto se não for possível melhorar a situação de um agente, sem degradar a situação de qualquer outro agente econômico. Ou seja, o ótimo de Pareto ocorrerá, quando existir uma situação onde ao se sair dela, para que “um ganhe”, pelo menos deve “perder”, necessariamente. De acordo com Ferreira e Ferreira (2008, p. 4) trata-se de um “conceito que analisa a eficiência social, relevante para o grupo de jogadores como um coletivo, enquanto que o equilíbrio de Nash é um conceito que analisa a eficiência individual, relevante para cada um dos jogadores como agente individual”.

Entende-se que, através do Dilema do Prisioneiro, o equilíbrio de Nash não garante necessariamente o melhor bem-estar. Conforme o jogo, a opção de “silêncio” para ambos os jogadores seria a que lhes proporcionaria o máximo de bem-estar (otimização dos resultados), porém ambos não a escolheram. Faz-se necessário refletir que, através desse jogo, muitas vezes agir isoladamente pode trazer piores resultados do que atuar em equipe; em que a cooperação frequentemente poderá levar a um ganho final positivo em relação às outras opções (FERREIRA; FERREIRA, 2008).

Dessa maneira, Harrington (2009) afirma que no Dilema dos Prisioneiros a melhor escolha individual conduz à traição mútua, enquanto que a colaboração entre os jogadores proporcionaria melhores resultados. No fundo, o dilema é uma questão entre altruísmo ou egoísmo. Em concordância com Vitorino Filho *et al.* (2009, p. 124), “em jogos assim o pensamento predominante é: se eu pensar sobre como você pensa sobre minha forma de pensar, eu não devo colaborar”.

2.1.2 Jogos Sequenciais

Jogos sequenciais são aqueles onde os jogadores se movem em relação à ação de seus oponentes, ou seja, são jogos de ação e reação. Diferentemente dos demais jogos quando cada jogador tomava sua decisão independente dos demais, os jogos sequenciais são caracterizados pelo conhecimento das decisões dos jogadores oponentes (PINDYCK; RUBINFELD, 2002).

Na escolha de seus movimentos é ideal que o jogador faça sua triagem baseada no passado e pondere o que será feito no futuro. Entretanto, necessariamente num jogo sequencial podemos identificar dois tipos de informação: perfeita e imperfeita. No jogo sequencial com informação perfeita, o jogador na sua vez de jogar é capaz de observar os movimentos anteriores dos seus rivais, isto é, todas as decisões são conhecidas por todos os jogadores. Já a informação imperfeita, pelo menos algum jogador desconhece o movimento dos outros jogadores. A presença de informação imperfeita em um jogo pode-se levar a possibilidade de considerar as crenças de um determinado jogador a respeito da distribuição das preferências do adversário e assim baseado na racionalização³.

³ Na Teoria dos Jogos, o princípio da racionalidade presume que cada jogador é racional, isto é, tem plena consciência sobre suas alternativas e expectativas formais quanto aos resultados de decisões

Essa incapacidade de observar é considerada um problema informacional que pode ser mostrada através de um modelo de jogo onde tenha um conjunto de informação, que é um subconjunto dos nós de decisão dos jogadores (DIXIT; SKEATH; REILEY, 2009).

Um exemplo de modelo de jogo sequencial é representado na figura 2 (mais abaixo), em um cenário fictício, descrito em forma extensiva - usada para representar jogos sequenciais. Um jogo em forma extensiva é apresentado como uma árvore de decisão com nós de decisão, ramos e nós terminais. Uma árvore de decisão é lida sempre a partir do nó inicial, representando movimentos onde a ordem é importante, porém sua resolução se dá através da indução retroativa, ou seja, do final ao início (HARRINGTON, 2009).

Para resolver um jogo extensivo, é necessário utilizar a técnica da indução retroativa, isto é, um processo baseado na economia formal da Teoria dos Jogos, que nos diz para começarmos pelo final do jogo num ponto em que desejamos estar. Partindo desse ponto, em seguida, temos de ir voltando até o início escolhendo caminhos ao qual preferimos, levando logicamente ao próximo ponto, que por sua vez, levará logicamente ao próximo, e assim por diante. Este processo de fato revela um caminho particularmente eficiente, além de identificar as condições absolutas para atingir esse objetivo. Muitos dos passos deste processo são importantes, segui-los na ordem facilita o processo, fazendo-o ser mais claro e direto. Dessa forma, a indução retroativa torna-se muito útil, tratando-se de uma abordagem extremamente racional para atingir suas metas e esclarecendo como os passos em falso podem prolongar desnecessariamente o seu caminho na direção do seu objetivo ou desqualificá-lo para sempre (HARRINGTON, 2009).

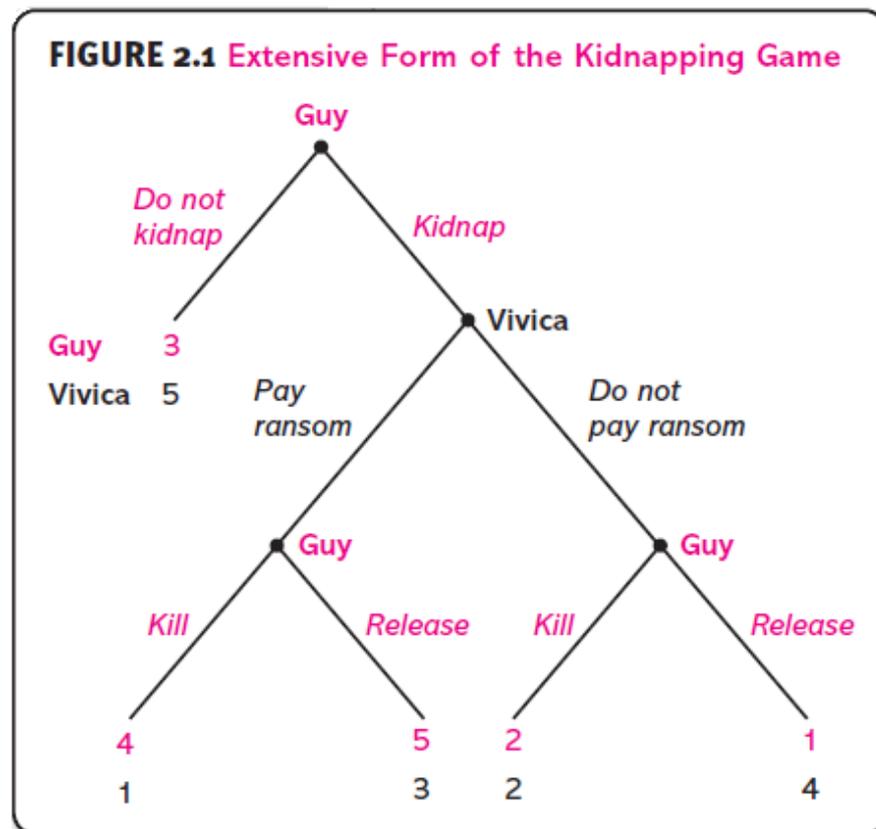
Cada um dos pontos é denominado um nó de decisão, que representa um ponto no jogo em que uma pessoa tem que tomar uma decisão. Saindo de um nó de decisão há uma série de ramos, onde cada ramo representa uma ação diferente disponível para o tomador de decisão. Escolhendo um ramo é equivalente a escolher uma ação. No jogo abaixo, há cinco nós terminais, uma vez que existem cinco possíveis resultados. Os nós terminais listam os retornos dos jogadores, onde há uma recompensa em que o jogador descreve como um avalia um resultado do

tomadas. Além disso, presume-se que o jogador tem preferências claramente definidas e toma suas decisões após efetuar algum processo de otimização, visando seus melhores resultados.

jogo, com um número mais alto, indicando que o jogador está em melhor situação (HARRINGTON, 2009).

A seguir a Figura 2, representando um exemplo de jogo de movimento sequencial:

Figura 2 – O Jogo do Sequestro



Fonte: Harrington (2009).

O jogo inicia no topo da árvore, com a decisão dos sequestradores, que escolhem sequestrar ou não o refém. Se eles decidirem pelo sequestro, o próximo movimento pertence à família que deve decidir entre pagar ou não o resgate. Caso os sequestradores decidirem não sequestrar ninguém, o jogo termina. O sequestrador é chamado de Guy, a vítima Orlando, e a esposa da vítima, Vivica, que foi contatada para pagar o resgate. Se ele escolhe sequestrar Orlando, em seguida, Vivica é informada do sequestro e decide se irá pagar o resgate ou não. Em resposta à decisão da Vivica, Guy decide se o liberta ou o mata. A suposição é que Guy acredita que o resgate seja pago antes de fazer esta escolha. Posto isso,

Harrington (2009) afirma que há uma sequência de ações, sendo: sem sequestro; sequestro, onde o resgate seja pago e Orlando é morto; sequestro, onde o resgate seja pago e Orlando é liberado; sequestro, onde o resgate não é pago e Orlando é morto; e sequestro, onde o resgate não é pago e Orlando é liberado. Vimos, através desse jogo, que o equilíbrio de Nash deu-se no resultado (5,3), isto é, na escolha por parte do sequestrador sequestrar, seguido por um pagamento por um resgate e subsequentemente a libertação da vítima.

Para incluir de forma concisa as preferências do indivíduo na descrição do jogo, devemos atribuir um número a cada resultado, com um número mais elevado indica um mais resultado preferido para um jogador. Esses números são referidos como pagamentos e se destinam para medir o bem-estar (ou de utilidade ou de bem-estar, ou índice de felicidade) de um jogador. Por exemplo, a mais alta recompensa, 5, é atribuído ao melhor resultado: o sequestro ocorre, resgate seja pago, e Orlando é liberado. O pior resultado, 1, é quando o sequestro ocorre, o resgate não é pago, e Orlando é liberado (HARRINGTON, 2009).

A análise de jogos sequenciais também fornece informações sobre quando é a vantagem de um jogador para se mover em primeiro lugar e quando é melhor para mover segundo. Os jogadores podem conceber formas, chamados movimentos estratégicos, para manipular a ordem de jogo a seu favor. Jogos sequências envolvem situações estratégicas em que há uma ordem estrita de jogo, no qual os jogadores se revezam fazendo seus movimentos. Para jogar bem em tal jogo, os participantes devem usar um determinado tipo de pensamento interativo (DIXIT; SKEATH; REILEY, 2009).

Cada jogador deve considerar: se eu fizer este movimento, como é que o meu oponente irá responder? Sempre que as ações forem executadas, os jogadores precisam pensar sobre como suas ações atuais irão influenciar as ações futuras, tanto para os seus rivais e como para si. Os jogadores decidem, assim, os seus movimentos atuais sobre a base de cálculo das consequências futuras (DIXIT; SKEATH; REILEY, 2009).

2.1.3 Pay-off

O *Pay-off* caracteriza-se pelo valor atribuído aos jogadores, seja eles uma perda ou ganho das suas ações. Os jogadores tomam suas decisões e buscam

maximizar suas ações. Os valores na matriz de ganhos (*Pay-off*) são determinados pela função de utilidade de cada jogador individual, no qual se atribui um número a cada resultado. Sendo assim, um número mais elevado indicará um resultado preferido, e um número inferior a um resultado menos desejado. Estes números são descritos como pagamentos, e medem o bem-estar de cada jogador (SARTINI *et al.*, 2004).

2.2 Teoria dos Jogos nas Relações Internacionais

As Relações Internacionais estudam uma ampla gama de interações políticas entre os países, sociedades e organizações. Para Sprinz e Wolinsky-Nahmias (2002), com a crescente importância da interdependência econômica e as profundas mudanças no sistema internacional durante as últimas décadas, a análise das relações internacionais tem se expandido em três direções principais. Em primeiro lugar, os estudiosos se aventuraram em novas áreas das Relações Internacionais, incluindo a política internacional, éticas internacionais e globalização. Em segundo lugar, novos métodos têm surgido no âmbito do estudo na análise de jogos estratégicos, que no âmbito das metodologias foi substancialmente ampliado ao longo das últimas décadas para incluir uma maior utilização da análise de escolha racional e métodos estatísticos. E por último, visando uma compreensão mais precisa das interações complexas entre os jogadores a nível internacional, os estudiosos do campo desenvolveram uma maior especialização em ambos os subcampos substantivos e abordagens metodológicas. Estes desenvolvimentos, sem dúvida, vêm enriquecendo a pesquisa de Relações Internacionais (SPRINZ; WOLINSKY-NAHMIAS, 2002).

Conforme Mello (1997), o objetivo maior dos Estados, em qualquer relação, não é o de alcançar o maior ganho individual possível, mas sim impedir que os outros possam aumentar seu poder relativo. A preocupação central dos Estados não é maximizar poder em si, mas manter sua posição relativa no sistema internacional. Sendo assim, os Estados avaliam sua atuação em termos da atuação dos outros. Desta forma, um Estado poderá recusar-se a participar de um arranjo cooperativo, ou desertar, ou limitar seu compromisso com a cooperação mesmo na perspectiva de grandes ganhos absolutos.

Levando-se em consideração os aspectos mencionados, pode-se afirmar que o poder pode ser usado, em primeiro lugar, para determinar quem pode participar do jogo de negociações. Nas relações internacionais, os atores menos prestigiosos sequer são convidados para a mesa de negociações. Em segundo lugar, o poder também pode ser usado para ditar as regras do jogo — por exemplo, quem joga primeiro. À vista disso, o poder pode ser usado para mudar a própria matriz de ganhos individuais. Um exemplo claro disso é quando um ator mais poderoso que outros, pode usar uma ameaça, ou uma vinculação tática com outra área de interação, para mudar a distribuição dos resultados para cada um dos jogadores, favorecendo mais alguns atores do que outros, não afetando a todos de maneira homogênea (MELLO, 1997).

Na Teoria dos Jogos, o ponto de vista da diplomacia é:

A diplomacia é vista como um processo de interação estratégica no qual os atores buscam ao mesmo tempo ter em conta e, se possível, influenciar a reação dos outros atores, domésticos e internacionais. Logo os resultados das negociações internacionais podem então depender das estratégias que um governante escolhe para influenciar a sua política doméstica, influenciando também a política doméstica do seu parceiro internacional. O controle sobre a informação, os recursos e a definição da agenda de sua política doméstica, o governante pode abrir novas oportunidades de entendimento internacional e também de vantagem na barganha. Sendo assim, as estratégias internacionais também podem ser usadas para mudar o caráter dos constrangimentos domésticos (MELLO, 1997, p. 114).

No contexto da interdependência crescente entre Estados democráticos, a prática da diplomacia, cada vez mais, reflete a interpenetração da política internacional com a política doméstica. A perspectiva dos jogos estratégicos como análise de situações de barganha está cada vez mais presente em pesquisas dos estudiosos dessa área nos últimos anos. Dessa forma, o uso da Teoria dos Jogos como análise de situações no contexto internacional, vem demonstrando como o comportamento dos Estados é suficientemente afetado por fatores contextuais, como a facilitação da comunicação, a disponibilidade de informação, a densidade e regularidade das interações. Nesse sentido, o uso da Teoria dos Jogos subsidiou o desenvolvimento de hipóteses quanto às condições mais propícias à cooperação entre os Estados (MELLO, 1997).

Inicialmente, a Teoria dos Jogos foi originada para aplicações nas Ciências Econômicas, partindo como objetivo básico proporcionar um parâmetro lógico, no qual os economistas pudessem analisar as diferentes situações econômicas de

forma mais sistemática e nítida. Assim como a Economia, as demais Ciências Sociais utilizam com a teoria como um importante ponto de apoio para melhor definir os diversos quadros de possibilidades (DAMIANI, 2014).

De acordo com Damiani (2014, p. 26) “a aproximação da Teoria dos Jogos às Relações Internacionais torna-se notória na confluência do interesse comum em torno de fenômenos associados a decisões estratégicas e a situações de barganha entre atores de cunho transnacional”. Sua aplicação nas Relações Internacionais permite que todos possam compartilhar de seus mecanismos de análise, para estudar comportamentos de atores no âmbito de estratégias de ação e reação, seja nos processos decisórios, bem como na resolução de conflitos.

A utilização da teoria nesta área vem sendo empregada, sobretudo na análise de conflitos inerentes às situações de guerra e paz, sendo apresentada como referência para o estudo das estratégias racionais de formulação decisional em ambientes complexos e com vários agentes. A teoria consegue analisar um grande número de situações de conflito no campo das decisões pertinentes às relações internacionais, tratando-se de questões bélicas ou diplomáticas, negociações nacionais ou internacionais de ordem política, social ou econômica. Dessa forma, seus conceitos fornecem como guia para compreensão das políticas internacionais (MONTEIRO, 2008).

Sendo assim, as Relações Internacionais utilizam-na como ferramenta para elaborar possíveis cenários, onde seus atores são sociais, estatais, e realizam escolhas que potencialmente afetam os interesses alheios. Como ferramenta para a política externa, a Teoria dos Jogos permite elaborar estratégias de negociação em cenários cooperativos e/ou competitivos (COELHO, 2012).

Em vista dos argumentos apresentados, a Teoria dos Jogos pode ajudar a explorar estas questões, pois sua forma matemática é baseada em definições precisas, faz suposições claras, e se baseia em estruturas lógicas. Ela pressupõe de um processo de decisão racional, em que os tomadores de decisões conhecem a sua gama de opções possíveis, entendem como essas escolhas desenvolvem resultados, e conhecem as suas preferências sobre esses resultados. Mas ao contrário de outras abordagens formais, a Teoria dos Jogos postula que os tomadores de decisões agem estrategicamente, na medida em que tenham em conta não só da existência e capacidades de outros tomadores de decisão, mas também de seus interesses (KYDD, 2007).

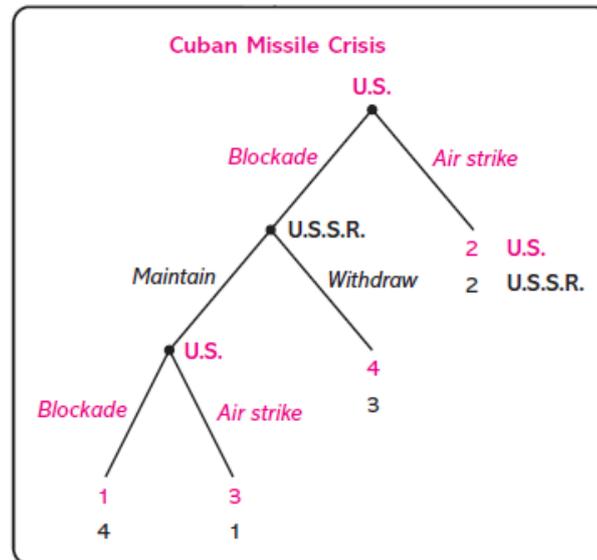
Em suma, neste contexto esta metodologia é valiosa para analisar os processos de decisão no sistema internacional como um todo, que é composto prioritariamente pelos Estados e instituições. Conforme Mariutti (2013, p. 3), “a característica definidora do sistema internacional é o seu formato anárquico, isto é, a inexistência de uma entidade soberana e legítima capaz de ordenar as relações entre os atores que o compõe”. Posto isto, o cenário internacional apresenta regras e padrões diferentes de conduta, que causam efeitos e repercutem na esfera política internacional, e é isso que traz ao centro principal de nosso estudo.

2.2.1 Exemplo 1: Crise dos Mísseis Cubanos

Um exemplo da utilização da Teoria dos Jogos em representações de processos de tomada de decisão nas Relações Internacionais é o jogo da Crise dos Mísseis Cubanos. Segundo Harrington (2009), esta crise foi um confronto durante o período da Guerra Fria, entre os EUA e a URSS, relacionado com a implantação de mísseis soviéticos em Cuba. Durante treze dias em outubro de 1962, a humanidade quase presenciou uma Terceira Guerra Mundial e que por pouco não acabou em ataques com bombas. Em 14 de outubro de 1962, os EUA confirmaram a presença de mísseis nucleares soviéticos em Cuba, onde tal ato foi em resposta à decisão do governo americano de instalar mísseis análogos na Turquia e na Itália.

Harrington (2009) realizou um modelo de jogo sequencial com informação perfeita deste acontecimento, na forma extensiva (diagrama de árvore), isto é, descrição exata dos sucessivos movimentos dos jogadores em relação às informações a sua disposição, representado na Figura 3 a seguir:

Figura 3 – Crise dos Mísseis Cubanos

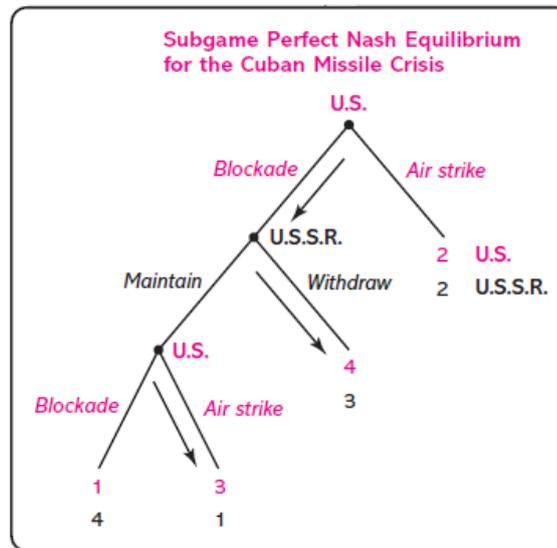


Fonte: Harrington (2009).

No jogo, há os conjuntos de informações, que são conjuntos de nós decisórios nos quais um jogador sabe que pode estar quando escolhe uma ação. Em jogos com informação perfeita, o conjunto de informação será sempre igual a um único nó. E em jogos com informação imperfeita (no qual aparecem linhas tracejadas entre os nós dos sub-jogos no diagrama) esse conjunto pode ser composto por dois ou mais nós que admitam as escolhas das mesmas ações. Associado a isso, existem as estratégias, que é um conjunto de regras que dizem o que um jogador deve fazer em cada possível momento de decisão, ou seja, uma estratégia associa uma ação a cada conjunto de informação de um jogador (DIXIT; SKEATH; REILEY, 2009).

Seguindo com o jogo da Crise dos Mísseis Cubanos, a principal questão desse caso é como os EUA poderiam retirar os mísseis sem iniciar uma guerra nuclear. Como podemos ver, na figura 5, os EUA decidem iniciar um bloqueio da ilha, de modo a evitar quaisquer navios soviéticos de atingirem Cuba, do que realizar um ataque aéreo. Posteriormente, as opções da URSS são entre manter os mísseis ou retirá-los. Se ela escolhe manter os mísseis, então os EUA decidem realizar um ataque aéreo. Essa situação é ilustrada na Figura 4 a seguir, onde as setas são as preferências:

Figura 4 – O Equilíbrio de Nash na Crise dos Mísseis Cubanos



Fonte: Harrington (2009).

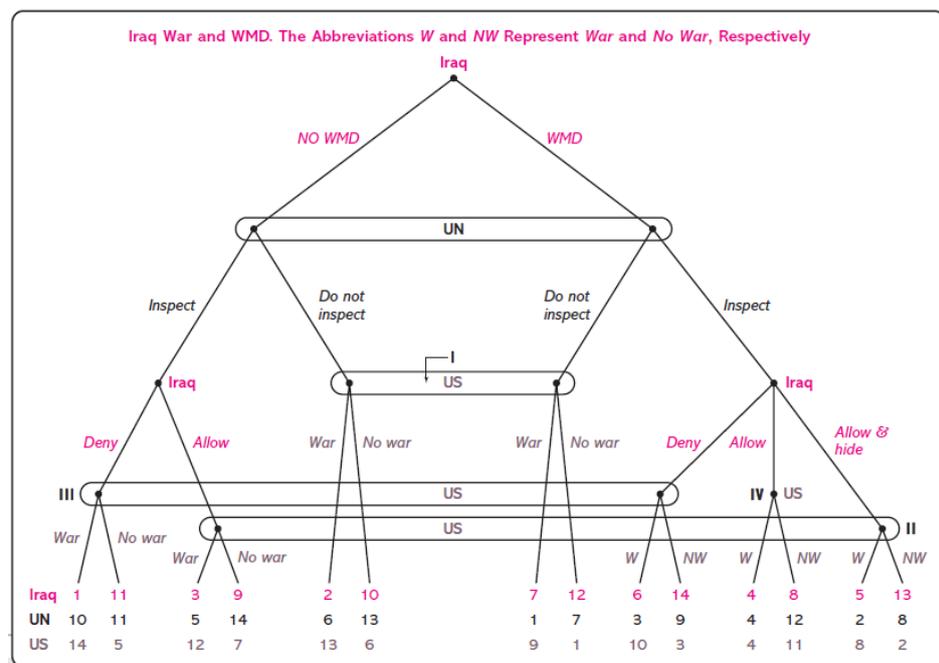
No nó de decisão da URSS, ela poderá optar por retirar os mísseis e receber uma recompensa de 3 ou mantê-los e receber uma recompensa de 1, porque a URSS antecipa que os EUA irão responder com um ataque aéreo. A retirada dos mísseis rende um retorno mais elevado, na seta que é colocada ao longo dessa ação. No início da árvore é apresentado que se os EUA escolherem um bloqueio, em seguida, como indicado pelas setas, a URSS irá responder mediante a retirada dos mísseis. A recompensa para os americanos de um bloqueio é 4, pois no ataque aéreo é proporcionado um *Pay-off* de 2, por fim os EUA de forma otimizada realiza um bloqueio. Dessa forma, o Equilíbrio de Nash nesse jogo encontra-se na jogada onde os EUA realizam um bloqueio naval e subsequentemente a URSS retiram os mísseis de Cuba, sendo seus *Pay-offs* respectivamente 4 e 3.

Na realidade, os EUA fizeram um bloqueio naval e a URSS recuou, retirando os mísseis. Em 26 de outubro, o líder soviético Nikita, enviou uma carta que propôs retirar os mísseis se os americanos se comprometeram a não invadir Cuba. Mas, em seguida, no dia seguinte fez uma nova exigência de que os EUA também deveriam retirar os seus mísseis na Turquia, que estavam dentro do alcance próximo da URSS.

2.2.2 Exemplo 2: Guerra do Iraque

Outro exemplo da utilização da Teoria dos Jogos em representações de processos de tomada de decisão nas relações internacionais é o modelo de jogo da Guerra do Iraque. A guerra do Iraque foi um conflito que começou em 20 de março de 2003. Os EUA efetuaram uma ocupação no território iraquiano sob a alegação de que o presidente iraquiano, Saddam Hussein, mantinha um arsenal de armas químicas que ameaçavam a paz mundial. Mas não se tinha certeza da existência de um arsenal bélico iraquiano. A partir disso, Harrington (2009) representou esta operação em um modelo de jogo sequencial de informação imperfeita, de forma extensiva, representado na Figura 5 abaixo:

Figura 5 – Guerra do Iraque e armas de destruição em massa



Fonte: Harrington (2009).

Este jogo é iniciado a partir da decisão do Iraque de possuir ou não possuir armas de destruição em massa (*Weapons of Mass Destruction – WMD*). Sem conhecimento da escolha do Iraque, a ONU decidirá se é necessário solicitar ou não inspeções do Iraque. Se a ONU escolher não realizar inspeções, então os EUA decidem se devem ou não invadir o Iraque. Se as ONU realizarem inspeções, em seguida, o movimento vai voltar para o Iraque. Se o Iraque não possuir armas de

destruição, então ele pode optar por negar inspeções ou permitir-lhes as inspeções. Se o Iraque tem armas de destruição, em seguida, ele pode negar inspeções, permitir inspeções, ou permitir inspeções e ocultar as WMD (HARRINGTON, 2009).

Na sequência do jogo, na última opção, o Iraque demonstra ter efetivamente armas de destruição e pretende escondê-las dos inspetores, mas as WMD são encontradas. Os EUA se movem novamente em respeito de atacar ou não o Iraque. Os americanos têm quatro conjuntos de informações possíveis neste jogo, pois não se sabe onde o Iraque realmente está no jogo (HARRINGTON, 2009).

Segundo Harrington (2009), o Equilíbrio de Nash deste cenário deu-se na jogada em que o Iraque tem armas de destruição em massa, onde ONU decide inspecionar, seguindo da negação por parte do Iraque, e resultando em guerra com os EUA; sendo os *Pay-offs* obtidos (6,3,10). É imprescindível perceber que na realidade o que de fato aconteceu é que não havia armas de destruição em massa, pois este jogo continha informações incompletas. Portanto, os EUA não tinham conhecimento em que posição o Iraque estava, gerando este resultado fictício na prática. Conforme reportagem *Guerra do Iraque contabiliza 174 mil mortes em dez anos*, de Pedro Peduzzi, para o site EBC, de março de 2013, os EUA anunciaram a retirada de todos os seus soldados do país em dezembro de 2011, após mais de oito anos de presença no país.

Levando-se em conta os dois exemplos de jogos de forma extensiva, criados por Harrington (2009), foram notórias a utilização da Teoria dos Jogos ao representar tais episódios. A teoria como ferramenta de análise da Guerra do Iraque e da Crise dos Mísseis Cubanos, retratou as tomadas de decisões realizadas sob o ponto de vista estratégico dos atores envolvidos. Contemplando assim aos leitores, uma melhor visualização dos comportamentos dos atores e seus processos estratégicos, onde forças opostas cooperaram ou não em diferentes estágios.

3 BREVE HISTÓRICO DA UCRÂNIA

Conforme reportagem *Ukraine profile – Timeline*, no site BBC News, de outubro de 2015, em 1918 a Ucrânia declarou sua independência, como a República Popular da Ucrânia, após anos de guerra civil durante a Revolução Ucraniana (1917 a 1922). Posteriormente, se tornou parte da URSS⁴ em 1922, tornando-se a República Socialista Soviética da Ucrânia.

O fim da Guerra Fria⁵ provocou consideráveis transformações geoestratégicas e geopolíticas a nível global. Diante disso, a desintegração da URSS deu origem a uma série de Estados independentes. Durante quase todo século XX, a Ucrânia fez parte da URSS, até a sua independência, em 1991, no qual foi concedida pelo Parlamento ucraniano através de um referendo nacional onde 90% (por cento) dos votos foram favoráveis à ratificação. Neste contexto, a Ucrânia emergia como um Estado independente, com ampla diversidade geográfica e social (DIAS, 2015).

Desde então, o país passou a olhar em outra direção, do oriente para o ocidente, da Rússia para a UE, afinal cada um dos lados possuíam e ainda possuem interesses e realizam pressões no país. Para Freire (2008), após sua independência abriram-se caminhos a um processo de democratização e transformação do país, de um modo longo e sinuoso, fundamentado na escolha, por parte dos ucranianos, pela aproximação aos princípios democrático-liberais ocidentais, após muitos anos de sovietação. Logo Mielniczuk (2014) acrescenta que, a Ucrânia desde seu período como Estado livre e autônomo, soube se valer de sua posição intermediária, em suas relações com a Europa e os EUA, a fim de contrabalançar a influência russa, e em sua relação com a Rússia, para equilibrar a influência dos ocidentais. A partir disso, a Ucrânia, país de suma importância estratégica no quadro geopolítico e geoestratégico europeu, iniciou suas mudanças identitárias, institucionais, políticas e econômicas (DIAS, 2015).

A seguir, a Figura 6 representando a antiga URSS:

⁴ Estado socialista localizado na Eurásia que existiu entre 1922 e 1991. Foi uma união de várias repúblicas soviéticas, a URSS era dirigido por um regime unipartidário altamente centralizado comandado pelo Partido Comunista.

⁵ Conflito indireto entre os EUA e a URSS, nos anos de 1945 até 1991.

Figura 6 – Mapa da Antiga URSS e seus países membros



Fonte: Academic (2014).

E sucessivamente, segue abaixo Figura 7, representando a Ucrânia como um país independente.

Figura 7 – Mapa da Ucrânia Independente



Fonte: La Historia con Mapas (2015).

Após sua independência, a Ucrânia viveu forte instabilidade política e econômica oriunda de divergências internas: diferentes etnias, idiomas, identidades históricas, religiões e aspectos culturais. De acordo com a reportagem *As raízes do conflito na Ucrânia*, de Vivian Alt, para o site *Revista Carta Capital*, em abril de (2015a), o país é extremamente dividido em relação a alianças políticas, e diante disso, suas instabilidades econômicas no decorrer dos anos é consequência das disputas entre regiões. De acordo com Dias (2015), os líderes políticos ucranianos falharam na modernização política e econômica do país, ampliando consideravelmente seus níveis de corrupção e desigualdade social. Da mesma forma, seus governos pouco transparentes em relação ao setor energético singularmente, deixaram-no um país vulnerável à Rússia, oportunizando pressões políticas e econômicas por parte de Moscou, sede do governo russo, ao longo dos anos.

A década seguinte à sua independência foi marcada por uma série de protestos e eventos políticos, decorrentes por fraudes eleitorais, corrupção e intimidações, culminando na chamada Revolução Laranja⁶ em 2004. Em 1994, o presidente Kravchuk perdeu as eleições presidenciais para Leonid Kuchma, candidato pró-Rússia. De acordo com Motyl (2010), o quadro político ucraniano passou por uma grande modificação no segundo mandato de Kuchma entre 1999 e 2004. A aliança nacional democrata de centro se dispersou, no qual existiu uma consolidação de uma oposição não comunista no país, além de um grande escândalo de corrupção chamado “Kuchmagate”⁷. Kuchma acusou a oposição e outros países de forjar provas, contudo, estas provas foram consideradas verdadeiras pela maioria da população (ALT, 2015).

Conforme consta em reportagem *Ucrânia: da Revolução Laranja à crise de 2014*, de Vivian Alt, para o site *da Revista Carta Capital*, em abril (2015b) a Revolução Laranja iniciou oficialmente com manifestações após as eleições presidenciais de 2004, entre Viktor Yushchenko (oposição) e Viktor Yanukovich (candidato apoiado pelo então presidente Kuchma), que foram consideradas falsas e

⁶ A cor laranja foi adotada pelos protestantes como a cor oficial do movimento, pois laranja era a cor da campanha eleitoral do principal candidato da oposição, Viktor Yushchenko.

⁷ Um escândalo, no qual o presidente Kuchma foi publicamente acusado de envolvimento no sequestro de um jornalista, na qual gravações e documentos provaram uma série de irregularidades na sua administração; como vendas de armamentos não autorizados no exterior, fraudes em eleições anteriores, perseguições e violência contra os políticos de oposição, abuso de autoridade, desvio de verbas públicas, entre outros.

ilegítimas. No resultado das votações, as pesquisas indicaram claramente uma vitória de Yushchenko, mas o resultado oficial declarou Yanukovych como vencedor e os protestos eclodiram em diversas regiões do país. À vista disso, novas eleições foram feitas no mesmo ano, e, Yushchenko, foi finalmente declarado presidente; sendo tal situação uma afirmação muito clara de transformação, com base num curso pró-europeu. A Revolução, todavia, foi muito mais do que uma recusa às fraudes eleitorais de 2004, foi um clamor por mudanças no governo liderado pelas mesmas elites de representantes e demonstração de insatisfação por parte da população, sendo considerada uma nova etapa no desenvolvimento do Estado (FREIRE, 2008).

A fim de uma melhor compreensão do histórico de seu setor armamentício, Bertonha (2014) afirma que a Ucrânia já foi a terceira maior potência nuclear do mundo. Em 1994, foi assinado o acordo *Budapest Memorandum on Security Assurances* (O Memorando de Budapeste sobre Garantias de Segurança) firmado em Budapeste na Hungria. Seu propósito é de garantir a segurança a seus signatários com relação à adesão da Ucrânia ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares⁸. O memorando inclui proteção de segurança contra ameaças ou uso da força contra a integridade territorial ou a independência política da Ucrânia, Bielorrússia e Cazaquistão. Como consequência, a Ucrânia cedeu o terceiro maior arsenal de armas nucleares do mundo entre 1994 e 1996, transferindo para a Federação Russa e/ou extinguindo suas antigas armas nucleares soviéticas em seu território.

Dado o exposto, para Bertonha (2014), a aceitação da Ucrânia ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, foi um fato “politicamente incorreto”. Ele afirma que a Ucrânia não teria tido recursos técnicos e financeiros de manter um arsenal desse porte, mas, se apenas um por cento do mesmo tivesse ficado nas mãos de Kiev, era provável que as ações de Moscou na região fossem menores no decorrer dos anos.

Com o intuito de aprofundar o entendimento das relações energéticas Russo-Ucraniana, faz-se necessário relatar brevemente alguns fatos sobre isso. Em 2006, a Rússia e a Ucrânia encadearam uma disputa em relação à distribuição e venda de

⁸ O Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares é um acordo entre Estados soberanos assinado em 1968, com início de vigência em 1970. Seu objetivo é limitar o armamento nuclear para evitar a disseminação de armas nucleares.

gás natural russo na Europa. Em 1º de janeiro de 2006, a Rússia suspendeu o fornecimento de gás para a Ucrânia, logo, provocando diminuições e cortes de gás para demais países da Europa. A razão dessa polêmica estava associada ao preço do gás comercializado para Ucrânia. O governo russo argumentou que não poderia mais financiar o mesmo preço do gás para o país vizinho, sendo necessário aumento (SILVA, 2007).

Segundo Canêdo (2006), a empresa estatal russa Gazprom⁹ controla cerca de um terço das reservas mundiais de gás, e é encarregada pela exploração, venda e distribuição de gás natural russo para a Europa. A empresa abastece cerca de 25% do gás natural consumido pela Europa ocidental, sendo a maioria distribuído pelos gasodutos no território ucraniano. Diante dessa crise, vários países europeus tiveram problemas no recebimento de gás, no qual geraram uma perda de confiança por parte da Europa, com relação à indústria de gás russa, levando os governos desses países a procurarem outras fontes alternativas de energia.

A utilização pela Rússia da energia como uma arma geopolítica e seu comportamento na crise do gás com a Ucrânia foi notável. Conforme Silva (2007) esse corte provocou no ano de 2006 uma redução de 50% de gás na Hungria, 25% na Itália, 30% na França, 30% na Eslováquia, entre outros. E para agravar ainda mais, esse corte foi feito no pico no inverno. Para solucionar tal conflito, foi estabelecido um acordo posteriormente, no qual a empresa energética russa Gazprom vendesse gás para uma *trading company*¹⁰, em que Ucrânia compraria o gás desta por um preço reduzido.

Conforme Canêdo (2006, p. 1): “a crise energética entre Rússia e Ucrânia em 2006, estabelecida a partir da disputa pelo aumento dos preços do gás natural russo, demonstrou importante tentativa de Moscou de restabelecer sua esfera de influência na região”. Sendo assim, para Mielniczuk (2006), a Rússia utiliza sua condição de credora como proveito nas negociações com o país. Posto isto, se a Ucrânia não aceitar suas diretrizes, a Rússia inicia suas ameaças de corte do fornecimento de energia.

Em relação à crise energética de 2006, o governo ucraniano alegou que Moscou estaria usando de seu amplo recurso energético como arma política,

⁹ Gazprom é a maior empresa de energia da Rússia e maior exportadora de gás natural do mundo, o que lhe confere a décima quinta posição no ranking das maiores empresas mundiais.

¹⁰ Empresas comerciais que atuam como intermediárias entre empresas fabricantes e compradoras, numa operação de exportação ou de importação.

argumentando que a Rússia estaria tentando repreendê-los, em função de seus interesses em participar de organizações ocidentais, tais como a UE e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Ademais, outro importante fator desencadeador da crise foi à própria vitória do candidato ucraniano pró-ocidente, Viktor Yushchenko, nas eleições presidenciais de 2004. Por todos esses aspectos, é notável que Putin almeja restabelecer o papel da Rússia como grande potência, sabendo que a Europa e o mundo são, por partes, dependentes das reservas energéticas russas (CANÊDO, 2006).

De acordo com Rafael (2012) houve outra crise energética entre os dois países em 2009, decorrendo ao corte dos abastecimentos da Gazprom. Em 1º de Janeiro de 2009 a Gazprom cortou novamente o abastecimento de gás devido a dívidas acumuladas e à complicação em chegar a um acordo sobre os preços do gás a pagar pela Ucrânia para o ano de 2009. Este corte atingiu dezesseis Estados da UE, em que viram os seus abastecimentos severamente limitados com esta crise. Percebe-se que a dependência da Europa do gás russo é um elemento de domínio comercial para a Gazprom. Os cortes no abastecimento de gás nos países europeus mostraram à UE que é fundamental procurar soluções para diversificar as origens de suas importações de gás natural.

Em resposta, na tentativa de dissuadir a Rússia, a Ucrânia utilizou-se de seu recurso singular: sua localização geográfica. Houve um aumento nas taxas de passagem do petróleo e do gás russos, exportados para a Europa pelos dutos fixados em território ucraniano. Com isso, o círculo vicioso de revidações foi novamente reiniciado e a cooperação tornou-se ainda mais difícil (MIELNICZUK, 2006).

As questões de identidade nacional da Ucrânia, com relação à sua vizinhança, leste e oeste, acentuam a política externa do país até os dias de hoje. A (re) definição e afirmação da sua identidade nacional após anos de liderança soviética e um passado de ocupação imperial, em um contexto de transição, vem sendo lutada com afinco. Conforme Mielniczuk (2006) os conflitos entre a Rússia e a Ucrânia têm origem na crise de identidade que assola ambos os países com o fim da URSS. Suas identidades são construídas a partir de um processo de disputa interna entre as elites, em que a elite da Rússia não considera a Ucrânia como país independente. Dessa forma, essa postura fomenta a disputa entre a elite ucraniana, no qual uns apoiam a sua vinculação a Rússia e outros preferem o afastamento.

Em conformidade com Freire (2008, p. 04):

A instabilidade governativa que se tem vivido na Ucrânia pós-Revolução Laranja tem levantado questões sobre divisões na sociedade ucraniana relativamente ao modelo de governação, às políticas sociais, à estrutura institucional, aos problemas associados à corrupção, e a uma economia ainda muito ineficiente.

Pela observação dos aspectos analisados, Freire (2008, p. 6) declara “contudo, nesta expressão de vontade de integração nas estruturas europeias, a aproximação entre a Ucrânia e a UE não tem sido um processo simples”. Analisando a história da Ucrânia desde 1991, observa-se que as diferenças ideológicas, culturais, religiosas e de identidade foram causando grandes instabilidades na política do país. Entende-se que a ausência de um projeto bem sucedido na busca de uma unificação nacional, não apenas fosse um dos principais motivos para eclosão da Revolução Laranja, como também do atual conflito no país.

As suas divisões em relação às políticas internas, trata-se de uma disputa entre uma Ucrânia voltada ao leste versus uma Ucrânia voltada a oeste, no qual há toda uma carga identitária implicada, repercutindo em sua política externa. É imprescindível refletir que a construção ucraniana, num contexto de transição pós-comunista, é construída sobre o reconhecimento coletivo de uma identidade partilhada. No qual, a Federação Russa não deixa de ser um fator de peso nos caminhos e nos processos de tomada de decisão de Kiev e que, ao mesmo tempo, desde cedo, há uma consolidação das ligações ao ocidente. Neste sentido, há uma concretização de uma problemática no qual têm se mantido em um contexto de tensão latente. Em suma, a complexidade do estudo das relações bilaterais da Ucrânia, vem acarretando em processos que tem sido alvo de momentos de ruptura, os quais serão expostos no próximo capítulo.

3.1 Conflito Ucraniano

Para melhor compreensão do tema objeto de estudo deste trabalho, segue uma breve explicação sobre a origem do conflito na Ucrânia. Para Vecchio (2009), o conflito pode ser um produto inevitável da vida organizacional, ainda que a maioria da sociedade o considere uma ação negativa, ele pode ser necessário e provocar inferências positivas, desde que seja regido de forma correta. Um conflito se dá

quando uma pessoa (ou um grupo de pessoas) percebe quando outra está a impedindo de realizar algo, ou se encontra em vias de impedir. Na existência dele, há incompatibilidade entre as partes envolvidas, que culminam em interferência ou oposição. Ao analisar a ideologia de Vecchio (2009, p. 244), “o conflito é encarado como inevitável em toda organização e, muitas vezes, necessário para assegurar desempenho elevado”.

Por já ter sido integrante da URSS e ter tido um processo de independência marcado pelo desejo do país em se aproximar da UE, a Ucrânia sofre, atualmente, uma forte crise de identidade. Especificamente sobre o conflito ucraniano, Bebler (2015) afirma que as manifestações da direita na Ucrânia começaram em 21 de novembro em 2013, quando o governo eleito anunciou que não iria aderir à UE. A Ucrânia encontrava-se à beira de uma forte crise econômica e o então presidente Víktor Fédorovych Yanukovych enfrentava um dilema: assinava um acordo comercial com a UE ou, recebia um empréstimo da Rússia, abrindo seu caminho à integração da Eurásia¹¹.

Conforme Dias (2015), a débil situação socioeconômica da Ucrânia, aliada às instáveis opções de política externa do governo de Viktor Yanukovitch (atualmente ex-presidente), levaram-no à recusa em assinar o Acordo de Associação com a UE, a favor de uma maior reaproximação à Rússia, o que acarretou descontentamento aos ucranianos e opositores do governo de Yanukovych. Posto isso, abriu-se caminho para mobilização da sociedade civil ucraniana em protestar nas ruas quanto à sua insatisfação política e também questões internas que assolavam o país, como a desigualdade social, a corrupção, a crise econômica, a pobreza e o desemprego (LUNKES; PINTO, 2014).

Passaram-se três meses marcados por confrontos violentos e ineficiência de gestão de governo, dado isso Yanukovitch assinou um acordo mediado pela UE, que visava estabelecer prazo para o fim da crise política na Ucrânia. Como resultado da repulsa da população ucraniana, nos dias seguintes, Yanukovitch deixou a presidência e abandonou Kiev um ano antes do término de seu mandato, e o Parlamento ucraniano elegeu um governo interino que haveria de gerir o país até às eleições legislativas de maio de 2014 (DIAS, 2015).

¹¹ A Eurásia é a porção continental que forma em conjunto a Europa e a Ásia. Pode ser considerada como um continente, ou mesmo um supercontinente composto pelos continentes europeu e asiático.

Para Bebler (2015), três partes estiveram envolvidas no conflito: a República da Ucrânia, da Federação Russa e a República Autônoma da Crimeia. Seguindo este mesmo raciocínio, Mielniczuk (2014) sustenta que as causas da existência de uma crise na Ucrânia são bastante complexas. Analisa-se ela em torno de três fatores: em primeiro, a carência de transparência no governo e a gestão corrupta no ambiente político; bem como a inexperiência do governo do ex-presidente Yanukovich, de solucionar os impasses da passagem para uma economia capitalista, que o país enfrenta desde 1991. A segunda é em relação à atuação de movimentos nacionalistas de caráter nazifascistas, cuja marcha destacou-se, principalmente, no partido de *Svoboda*¹², cujas propostas políticas eram fundamentadas em discursos de pureza nacional e xenofóbicos, em oposição aos russos e judeus; além de que, seguidores desse partido estiveram na Praça Maidan¹³, na capital Kiev, realizando movimentos violentos. E, por terceiro, o apoio da UE no incentivo à população ucraniana em ir às ruas e realizar manifestações contra o governo, uma vez que o ex-presidente Yanukovich não havia realizado acordos comerciais com estes. A UE sempre estimulou a população ucraniana para que se juntassem economicamente a ela, pois em seus discursos em relação a acordos comerciais, afirmavam se comprometerem a lhes garantir um país com esperança e liberdade (MIELNICZUK, 2014).

Em vista de soluções para diminuir o espaço para a corrupção diante desse conflito, Kubilius (2015) propõe à Ucrânia a sugestão de possuir um gabinete anticorrupção, a fim de combater a corrupção de forma mais eficiente e aumentar o nível de confiança pública nas autoridades e instituições públicas. Assim, o governo na Ucrânia estará implementando reformas estruturais importantes, que irão formar as bases necessárias para transformar a Ucrânia em uma democracia de estilo europeu com uma economia aberta. No entanto, há uma série de problemas, relativa à execução destas reformas essenciais. Há uma evidente falta de experiência política, a falta de competências na estratégica comunicação política, um déficit de tradições de uma cooperação eficaz entre o governo e o parlamento, e uma escassez de estruturas partidárias claras dentro da coalizão. Todavia, levando-se

¹² Traduzido como *Liberdade*, é um partido político ultranacionalista ucraniano.

¹³ A Praça da Independência (Maidan) é a praça central da cidade de Kiev, capital da Ucrânia. É o principal lugar de reunião da cidade desde o movimento de independência da Ucrânia em 1991. A praça tem sido o local tradicional para manifestações de caráter político, incluindo protestos na Revolução Laranja em 2004 e a *Euromaidan* que ainda está em curso.

em consideração tais aspectos, percebe-se que há um longo percurso até chegar a concretização dessas recomendações.

Em retribuição a tomada de decisão do presidente Yanukovych, em não assinar um acordo comercial com a UE, a Rússia ofereceu reduções de preços de gás natural. Segundo Lunkes e Pinto (2014), a Rússia exporta cerca de 80% do seu gás natural para a UE, através da Ucrânia. Em consequência disto, há uma grande interdependência energética existente entre a Rússia e Ucrânia, e que tem colaborado junto a esse acordo vulnerável, para o acirramento das dificuldades inerentes ao conflito.

Levando-se em conta o ocorrido, após a fuga do presidente, a Rússia passou a interferir mais ativamente no país, o que acarretou logo após na anexação da região Crimeia por parte da Rússia (fato que comentaremos no próximo capítulo). Para Kubilius (2015), ao contrário da expressão mais usada mundialmente em referência a este conflito, como "Crise na Ucrânia" ou "Crise Ucraniana", deveríamos chamá-la exatamente o que ela é: "Guerra de Putin". A Ucrânia foi claramente vítima de uma agressão externa, como parte de seu território internacionalmente reconhecido, foi ocupada pelas forças armadas de um Estado vizinho (Rússia) e, posteriormente anexada (em parte) por este último. O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) não chegou a um consenso para poder intervir na questão, frisando de certo ponto, o problema de legitimação de uma identidade que assola a Ucrânia, não parecendo estar próximo de uma solução (LUNKES; PINTO, 2014).

Conforme Mielniczuk (2014), mediante ao aumento das tensões no conflito ucraniano, os responsáveis por assuntos internacionais dos EUA, UE, Rússia e Ucrânia, realizaram uma conferência em Genebra, 17 de abril de 2014, com o intuito de iniciar um processo de fiscalização e de regularização da situação ucraniana. Contudo, a Rússia negou retirar suas tropas dos prédios públicos ocupados e abdicar de suas armas, adiando os propósitos do encontro.

A história da Ucrânia mostra que o país é extremamente dividido em relação a suas alianças políticas e econômicas, além de outros fatores que influenciam tais divisões, como etnias, idiomas, identidades históricas entre outros. Nas regiões ao norte e oeste do país, o idioma predominante é o ucraniano, a religião dominante é católica, devido a forte influência do ocidente, e a população é pró-integração com a UE. Em contrapartida, as regiões leste e sul o principal idioma falado é o russo, e as alianças políticas da população são pró-Rússia (ALT, 2015a).

Segue a ilustração identificando a população ucraniana que fala russo:

Figura 8 – População ucraniana que fala russo



Fonte: Folha de São Paulo (2014).

Nesse contexto, A Ucrânia se vê ameaçada por localizar-se entre um conflito histórico entre Ocidente x Oriente. Conforme Lunkes e Pinto (2014, p. 3) “nesse sentido, o Ocidente é representado pela UE e EUA, enquanto o Oriente é representado pela Rússia, país mais forte e representativo da antiga URSS”. Por ter tido sua independência tardiamente, a Ucrânia ainda vive uma crise de legitimidade e uma pressão latente a sua segurança. Parte da população nega seu passado soviético e deseja adequar-se a modelos liberais incentivados pelo ocidente, enquanto outra parcela teme adentrar em uma nova forma de inserção política econômica, podendo tornar-se um risco à suas raízes e identidade.

Segundo Dias (2015), o papel da OTAN na crise ucraniana tem sido mais nominal que efetivo. Suas limitações foram superiores a ponto de adotar medidas mais severas para penalizar a Rússia pela sua intervenção na Ucrânia. No entanto, o secretário-geral da organização, Anders Fogh Rasmussen, relatou a crise ucraniana como a mais grave crise na Europa desde a queda do Muro de Berlim.

A multiplicidade de atores envolvidos confirma que a crise ucraniana é muito mais que um conflito nacional. Refere-se a um conjunto de dinâmicas que englobam

a insatisfação da sociedade civil ucraniana, assim como uma luta de influências num quadro geopolítico sobre o território da Ucrânia (DIAS, 2015).

Mielniczuk (2014, p. 12) sustenta a ideia de que:

Além das garantias dadas pela OTAN, deve-se ponderar que o arsenal nuclear da Rússia exerce um efeito dissuasório que garante o não envolvimento militar dos EUA e da Europa no conflito. Acrescente-se o fato de os russos exercerem forte influência econômica sobre a Europa por conta do fornecimento de energia, o que dificulta a coordenação de medidas comuns entre os aliados ocidentais. Ademais, a Rússia é reconhecidamente superior militarmente e sua intenção de intervir em partes da Ucrânia para defender os interesses dos russos já foi posta em prática no caso da Crimeia. Portanto, é razoável supor que tanto o Ocidente quanto o governo interino da Ucrânia saibam que qualquer ação de maior monta contra os russos do leste desencadeará o uso da força por parte da Federação Russa.

Para Bertonha (2014), se houvesse enfrentamento entre as forças dos dois lados (UE e Rússia), a chance de uma vitória russa seria maior quando se trata do uso simbólico do poder militar. Entende-se que, com a vasta presença de soldados russos inseridos na Ucrânia, em suas regiões e suas fronteiras, já serve como recado para o ocidente de que as margens não devem ser cruzadas. A própria anexação da região da Crimeia pela Rússia foi um aviso que a aplicação do poder militar teve um efeito claro de êxito, que de certa forma reprimiu a Ucrânia por ter negado os interesses gerais da Rússia. Por todos esses aspectos, Moscou tem mostrado ao ocidente que, em termos estratégicos, dá as cartas naquela região.

Logo, Bertonha (2014, p. 30) afirma:

A Rússia não parece confiar muito em seu *soft power* e que, nessa crise, a utilização de elementos de *hard power* (militares, econômicos, comerciais) foi uma constante, com resultados tangíveis, pois dificilmente alguém pensará no destino da Ucrânia daqui em diante sem consultar o Kremlin.

No contexto de mudança pós Guerra Fria, a Ucrânia demonstrou logo a sua vontade de integração nas estruturas ocidentais, sendo vista como um parceiro primordial por situar-se nas principais rotas comerciais entre a Europa e a Ásia e fazer fronteira com Estados que pertencem tanto a UE quanto a OTAN. No entanto o povo ucraniano está dividido em relação à postura que o país deve ter em relação à UE e à Rússia. De acordo com Lunkes e Pinto (2014, p. 8) “dentro dessa relação triangular UE-Ucrânia-Rússia, a Ucrânia se vê pressionada a tomar uma decisão

quanto a uma linha e um modelo de política econômica a seguir”. Sua diversidade étnica e política é um desafio para o país, porém essa adversidade não pode impedir o país de tomar suas decisões pró-leste ou pró-oeste.

Atualmente, a situação na Ucrânia continua ainda volátil. Segundo notícia *ONU: Depois de dois anos de conflito, situação no leste da Ucrânia continua ‘terrível’*, no site das Nações Unidas no Brasil, publicada em junho de 2016, cerca de 9,3 mil pessoas foram mortas e mais de 21,5 mil foram feridas na Ucrânia desde o início do conflito. O conflito dura há três anos, e já deixou cerca de 1,5 milhão de pessoas passando fome. Ainda persistem violações dos direitos humanos, como desaparecimentos forçados, torturas, detenções arbitrárias e vários casos de violência sexual relacionados com o conflito.

Segundo reportagem *Acordo de comércio UE-Ucrânia intensifica guerra econômica*, de Maria João Bourbon, para jornal *online Expresso*, de janeiro de 2016, no início de 2016, entrou em vigor o acordo de livre comércio entre a UE e a Ucrânia. Conforme consta no acordo, *Deep and Comprehensive Free Trade Agreement* (Acordo Abrangente e Aprofundado de Comércio Livre), a aliança entre ambos irá contribuir para a Ucrânia, como a modernização e diversificação de sua economia, ampliando suas relações comerciais com o bloco europeu, bem como, desenvolverá economicamente a abertura dos mercados através da eliminação progressiva dos direitos aduaneiros e quotas, normas e regulamentos em vários setores. Preservarão e reforçarão a paz e a estabilidade, intensificando a cooperação no controle da justiça, da liberdade e da segurança, com o objetivo de consolidar o Estado de direito e o respeito dos direitos humanos e de liberdade. E em resposta ao acordo de livre comércio entre a UE e a Ucrânia, Moscou decidiu adotar medidas de retaliação para Ucrânia, como o fechamento de seu mercado de produtos alimentícios, e seu acordo de livre comércio.

Nesse sentido, conforme reportagem *Por que aderir à Europa é ruim para a Ucrânia?*, de Fabiano Mielniczuk, para site de notícias Operamundi, em janeiro de 2014, com base nessa breve retrospectiva de acontecimentos, cabe sugerir a Ucrânia que retenha sua posição de autonomia relativa frente a seus vizinhos, pois uma adesão formal à Europa ou a um bloco regido pelos russos reduziria sua capacidade de barganha para alcançar seus interesses nacionais. A posição russa diante desse conflito desencadeou um dos mais sérios conflitos da atualidade no leste europeu. O conflito foi iniciado há três anos e aparentemente está longe de um

fim. Em virtude do que foi mencionado, em sequência, será descrito como se deu a anexação da região da Crimeia pela Rússia. Adentrando-se nessa problemática, será exposta uma análise acerca dessa questão, através de uma descrição histórica da região semiautônoma, focando nos pontos que fazem desse território ser tão almejado e estratégico, apresentando os motivos que levaram a sua anexação pelos russos.

3.1.1 Anexação da Crimeia

A Revolução ucraniana de 2013, que foi iniciada pelo *euromaidan*¹⁴ na capital Kiev, teve efeitos significativos na Crimeia também (península ao sul da Ucrânia recém anexada pela Rússia). Com uma maioria étnica russa que habitam a península, as autoridades da Crimeia tiveram sempre apoio das políticas do ex-presidente pró-Rússia, Viktor Yanukovych. Em 21 de Março de 2014, a Crimeia tornou-se oficialmente parte da Federação Russa (DRIEST, 2015).

A fim de compreender a separação da Crimeia da Ucrânia em 2014, é necessário brevemente apresentar seu histórico. A Crimeia foi anexada pelo Império Russo em 1783 e fez parte da Rússia até 1954, quando o ex-secretário-geral do Partido Comunista, Nikita Khrushchev, concedeu a Crimeia para a URSS como um símbolo de amizade. Com a dissolução da URSS, em 1991, a Crimeia tornou-se uma república autônoma dentro Ucrânia. A Crimeia teve vários dominadores ao longo dos anos, e por isso, a península é hoje, palco de uma tensão geopolítica entre a Rússia, a Ucrânia e o Ocidente. Para Kuzio (2015), a crise na península da Crimeia tem levantadas várias questões pertinentes ao seu direito internacional.

Conforme Lunkes e Pinto (2014), em 16 de março de 2014, realizou-se uma votação na Crimeia para que seus habitantes pudessem escolher se preferiam pertencer à Rússia ou continuar na Ucrânia, o que mostra o forte enraizamento histórico-cultural do leste ucraniano à Rússia. Muitos alegam que o referendo não foi legal, e que o resultado não foi verídico, mas, como a resposta das urnas foi uma preferência pela união à Rússia, esta logo se prontificou a implementar sua anexação.

¹⁴ Euromaidan foi uma onda de manifestações ultranacionalistas na Ucrânia, em 2013, com protestos públicos exigindo uma maior integração europeia.

Dado o exposto, essa união foi considerada, por outros Estados, como uma anexação ilegítima, porque desde o término da Guerra Fria, a Rússia sempre demonstrou não ter ficado satisfeita com a divisão territorial que havia sido estabelecida. A Federação Russa afirma que o referendo realizado para anexação da Crimeia a Rússia, estava em conformidade com as normas internacionais, mas tal anexação é vista como fraudulenta perante a comunidade internacional (DRIEST, 2015).

Segue abaixo a ilustração 8, representando a anexação da Crimeia pela Rússia:

Figura 9 – Anexação da Crimeia pela Rússia



Fonte: OperaMundi (2014).

O governo interino ucraniano, no entanto decidiu não usar o exército ucraniano, polícia e serviços de segurança do Estado para prevenir a violação da integridade territorial da Ucrânia e da separação da Crimeia. A decisão da Ucrânia de não resistir à ocupação, em retirar seu pessoal e protestar diplomaticamente ascendeu à rendição da Crimeia para a Federação Russa. Como consequência disso, a Ucrânia perdeu parte do seu território nacional, parte da sua população e parte do seu PIB. Também perdeu uma boa parte de suas águas territoriais e da sua zona econômica exclusiva - que potencialmente contém depósitos de petróleo e gás -, considerável propriedade do estado civil e militar, a maioria dos seus efetivos

militares estacionados na Crimeia, e praticamente toda a frota do Mar Negro (BEBLER, 2015).

A separação abrupta da Ucrânia criou uma série de dificuldades para Crimeia, devido à sua grande dependência para a água, eletricidade, transportes ferroviários e rodoviários com o continente, e etc. Conforme Bebler (2015), a região perdeu parte de sua receita orçamentária, que provinha do orçamento central ucraniano, no qual também influenciou sua quantidade de turistas. Ao mesmo tempo, as autoridades da Criméia têm enfrentado grandes problemas com a emissão de novos documentos de cidadania, e de propriedade, pois a Ucrânia bloqueou o acesso aos registos centrais e o governo não tem os seus próprios registos.

É importante ressaltar, segundo Edler (2011), que seu acesso ao Mar Negro e sua saída para o Mar Mediterrâneo sempre foram valiosos aos seus países fronteiros, como por exemplo, a maior base marítima da Rússia fica em Sebastopol¹⁵, uma cidade com posição estrategicamente importante. Pela observação dos aspectos analisados, para Driest (2015), mesmo com a insensibilidade para as demandas populares e a corrupção, e o país ser dirigido por oligarquias formadas através das privatizações das estatais do período soviético, o governo da Ucrânia era um governo, após sua independência, democraticamente eleito com relações normais com as potências imperialistas ocidentais e boas relações com a Federação Russa; mas que ao passar dos anos rompeu-se o apreço entre ambos.

Para Bebler (2015), a crise na Península da Crimeia tem levantado várias questões pertinentes ao direito internacional. O ato de anexação da Crimeia foi confirmado uma clara violação dada pela Carta da ONU, na qual afirma que todos os membros devem abster-se da ameaça ou uso da força contra a integridade territorial de qualquer Estado. Assim como também violou a Declaração sobre os Princípios do Direito Internacional, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), que declara ilegal qualquer aquisição territorial resultante de uso da força, bem como a uma série de outros tratados bilaterais e multilaterais, e acordos que afirmados garantem à Ucrânia sua soberania e integridade territorial. Logo, a Federação Russa negligenciou, assim, suas obrigações sob a lei internacional, além

¹⁵ Sebastopol é uma cidade administrada pela Federação Russa, mas reconhecida como pertencente de direito à Ucrânia pela maioria da comunidade internacional e dos membros da ONU. Ela está localizada na península da Crimeia, que atualmente está sob domínio da Rússia.

disso, de acordo com Bebler (2015), também violou o seu acordo com a Ucrânia, sobre o estatuto e as condições da Frota do Mar Negro da Federação da Rússia no território da Ucrânia; violou as áreas designadas ao espaço aéreo, que não estavam sob coordenação das autoridades competentes da Ucrânia.

Para tanto, conforme o Relatório nº 7138 do CSNU de 2014, todas as reservas militares ucranianas foram convocadas para reagir a um possível ataque russo, além de o país buscar apoio no CSNU, visando defender sua integridade territorial. Dado tamanho conflito, países como os EUA e a própria UE, posicionam-se a favor da Ucrânia, ameaçando a Rússia com sanções e suspendendo certas relações comerciais com o país. Contudo, todos esperam que o conflito seja resolvido por via diplomática. Certamente, como Jubran (2015, p. 6) “essa divisão interna tem desencadeado um quadro de crônica instabilidade político-institucional desde sua independência”.

Conforme Bertonha (2014), durante a crise da Crimeia, os EUA, Canadá, Reino Unido juntamente com outros países, afirmaram que o envolvimento russo no conflito, é uma violação das suas obrigações para com a Ucrânia no âmbito do acordo *Budapest Memorandum on Security Assurance*. Estes afirmam que o posicionamento russo é uma clara violação da soberania e da integridade territorial da Ucrânia. Como resposta a manifestação dos países, a Rússia declarou que este acordo não se aplica a anexação da Crimeia, declarando que este ato foi guiado por uma crise política e socioeconômica interna. A Rússia afirmou que nunca teve obrigação de pressionar a população civil ucraniana para ficar na Ucrânia contra sua vontade e que seu envio de soldados à Ucrânia visa à proteção dos cidadãos russos.

O Parlamento ucraniano solicitou que os signatários do acordo reafirmassem seu compromisso com os princípios consagrados no acordo político e protestou energeticamente. Conforme reportagem *Líderes do G7 e da UE se reúnem em cúpula para discutir crise na Ucrânia*, no site G1, em março de 2014b, em 24 de março de 2014, foi convocada uma reunião pelo presidente dos EUA, Barack Obama, para tratar da crise russo-ucraniana no qual foram convocados líderes da UE e do Grupo dos Sete (G7)¹⁶. Em resposta as ações da Rússia, alguns destes

¹⁶ O G7 é uma comunidade internacional que reúne os sete países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo. São integrantes: Estados Unidos, Alemanha, Canadá,

impuseram sanções para esta, como proibindo a entrada em seus territórios e congelando bens e ativos financeiros de figuras próximas ao presidente Putin, ou envolvidas na crise ucraniana.

Segundo reportagem *Leia a íntegra do discurso em que Putin reconhece a Crimeia*, em site G1, em março de 2014a, o presidente da Rússia, Vladimir Putin, em sua propaganda oficial russa, usou como principal argumento para justificar e legitimar a reivindicação histórica da anexação à Rússia o direito do povo da Crimeia à autodeterminação sob a forma de secessão; consolidando seu discurso de que a Rússia conquistou a Crimeia e de fato a possuía muito mais tempo do que a Ucrânia. Em seu discurso presidencial à Assembleia Federal em dezembro de 2014, Vladimir Putin sublinhou a importância estratégica da península também como "a fonte espiritual" da nação russa e estadual. Segundo Bebler (2015, p. 45) "a anexação da Crimeia aumentou o território, população, as águas territoriais, minerais e outros recursos naturais da Federação Russa." Com isso, houve um grande aumento das capacidades militares russas, apropriando-se da maior parte da frota do Mar Negro da Ucrânia, com aproximadamente 190 instalações militares ucranianas, estoques de armas, munições e outros equipamentos.

O atual presidente ucraniano, Petro Poroshenko pró-UE, eleito em 2014, não considerou legítimo o processo separatista iniciado na Crimeia até então e classifica a intervenção militar russa na península como uma afronta e uma declaração de guerra. Segundo reportagem *Novo presidente da Ucrânia diz que Crimeia 'foi, é e será ucraniana'*, no site G1, de junho de 2014c, Petro Poroshenko, em sua tomada de posse disse que iria se comprometer a fazer tudo para acabar com o conflito, mas avisou que nunca reconhecerá a anexação da Crimeia pela Rússia. Ele afirmou que a Crimeia, "foi, é e será ucraniana". Poroshenko é o quinto presidente na história deste país, após o cargo de Viktor Yanukovich, que se exilou na Rússia após ser deposto durante os violentos distúrbios de fevereiro de 2014, passados em Kiev.

Diante disso, conforme Bebler (2015) houve muitos comentários e uma série de propostas sobre como lidar com o conflito relacionado à Crimeia e Ucrânia. A presença das Forças Armadas russas na região resultou aos civis nesses anos, inquisições em relação ao estatuto da Crimeia, a divisão da Frota do Mar Negro entre os dois Estados, os direitos de cada um em relação ao uso russo de

França, Itália, Japão, Reino Unido. Em março de 2014, a Rússia foi excluída do grupo, passando a ter sete integrantes novamente.

instalações militares na Crimeia, o volume militar russo em território ucraniano, entre outros.

De acordo com Lunkes e Pinto (2014), alguns estudiosos entendem que o conflito revive o espírito da "Guerra Fria" e descrevem o presidente Putin como um novo Hitler, apresentando o comportamento da Rússia como uma ameaça para os próprios fundamentos da segurança internacional. A maior parte da comunidade internacional, no entanto, não reconhece a anexação pela Federação Russa e considera a Crimeia como ainda pertencente à Ucrânia. O impasse político e jurídico entre a Ucrânia e a Federação Russa, sem dúvida, continua um conflito "congelado" na Europa. Os autores (2014, p. 10) acrescentam que somos levados a acreditar que:

Há muitos interesses em jogo tanto no posicionamento político da Ucrânia quanto na territorialidade da Criméia. Esses interesses são moldados pela questão identitária da própria população, pelas questões que vem sendo securitizadas e pela governança econômica que acabam por reger as decisões dos governantes.

Em vista dos argumentos apresentados, para Mielniczuk (2014), neste conflito, os russos são considerados irracionais e inadequados para os europeus e norte-americanos, por desrespeitarem o caso da Ucrânia e o princípio de não intervenção. Faz-se necessário, portanto, compreender que o conflito atual na Ucrânia é o fruto das estratégias praticadas pela Rússia principalmente, e pelo Ocidente também. Em meio a esse cenário conflituoso, os EUA transferiram medidas de governo efêmero para cidades do leste da Ucrânia, ou seja, bases militares temporárias para caso houvesse algum possível ataque da Rússia. Visando a declaração da OTAN, ela acusou a Rússia de incentivar o conflito ucraniano e de reforçar sua presença militar no Leste da Europa como uma resposta ao o que eles consideram como uma política externa agressiva de Moscou. As relações entre a OTAN e os russos se deterioraram em 2014 depois da unificação da Crimeia com a Rússia e o início do conflito interno no leste da Ucrânia. O seu envolvimento nesse conflito foi considerado quase descartado, assim, implicando ainda mais a célere posse da Rússia sobre o local (MIELNICZUK, 2014).

Por todos esses aspectos, Kubilius (2015) sugere um plano de ação no qual os cidadãos ucranianos deveriam criar um especial "Plano Marshall" para a Ucrânia para garantir o financiamento suficiente, conseqüentemente, formando a

oportunidade não só para transformar a Ucrânia em um país europeu, mas também para criar as condições para o desenvolvimento de uma Rússia de estilo europeu, oferecendo um exemplo positivo para os outros países da Europa Oriental. A europeização da Rússia começa com sucesso na Ucrânia, mas para isso, exigirá assistência de dois polos importantes, os EUA e a UE.

Para Bertonha (2014), desde a dissolução da URSS, há um objetivo claro no governo russo: a reconstrução do espaço soviético ao seu redor; procurado criar uma união entre os antigos Estados soviéticos, tendo a Rússia como centro. Já quanto ao posicionamento de outros Estados e organizações, a Europa e os EUA desejam se tornar uma área de influência, mantendo a Rússia afastada. O caráter russo na conduta de anexar a Crimeia, condisse com as ofertas comerciais e econômicas com pressão militar e política, numa expressão de *hard power*¹⁷ que afrontou a Europa desacostumada a lidar com isso e sem armas para responder satisfatoriamente. Diante disso, a Europa reagiu com algumas sanções, com intenção de afetar os interesses russos, mas nada realmente em larga escala. O esforço europeu foi de tentar chegar a um entendimento através da diplomacia, mas de certa forma limitado, pois os países da UE estão divididos conforme seus interesses e sua dependência nos mercados e do gás russo.

Conforme reportagem *Como resolver a crise ucraniana*, de Henry Kissinger, para *site* Estadão, em março de 2014, com muita frequência a questão ucraniana é questionada nas políticas internacionais: se o país adere ao Ocidente ou à Rússia. Todavia, a Ucrânia pretende ainda sim sobreviver e prosperar, logo, podendo titulá-la de um lado contra o outro. Para isso, na reportagem (2014) propõe-se que o país deva funcionar como uma conexão entre ambas as fronteiras. A Rússia precisa compreender que a Ucrânia não é mais pertencente a ela, e que aspira acordos diplomáticos com outros Estados, e optar pela imposição militar só produzirá outra Guerra Fria. Em razão disso, a Rússia deveria reconhecer a soberania da Ucrânia sobre a Crimeia e não violar a integridade territorial do país. Por outro lado, o Ocidente precisar também precisa entender que a Ucrânia pertenceu à Rússia durante séculos e que jamais será meramente um país estrangeiro para ela, pois suas raízes estão atreladas a sua origem.

¹⁷ Poder nacional mediante o emprego de recursos militares e econômicos.

Passados 25 anos da independência da Ucrânia, viu-se através de uma análise histórica que a consolidação político-institucional interna surge como medida urgente, com impactos imediatos quer a nível doméstico quer nas expressões de política externa. Ainda na reportagem de Kissinger (2014), a Ucrânia deve ter o direito de decidir livremente suas associações políticas e econômicas, estando livre para formar um governo compatível com o desejo manifesto do seu povo. No plano internacional, o país deve assumir uma posição que não deixe dúvidas quanto à sua independência e cooperação com o Ocidente, mas estando atento para evitar qualquer adversidade institucional no tocante à Rússia. Segundo Freire (2008), a vontade expressa da Ucrânia é no curso de uma integração formal com a UE, que tem servido de motor reformista e transformativo, porém necessitando de acompanhamento constante, para que o país possa realmente afirmar como independente numa conjuntura que nem sempre se revelou favorável. O país deve ir em busca de uma solução multifacetada, que, para além de políticas, promova reformas que levem ao desenvolvimento econômico e social, em busca de resultados pacíficos.

Conforme consta na reportagem *Ucrânia protesta na ONU contra decreto russo sobre Crimeia*, no site *Exame*, em julho de 2016, o embaixador da Ucrânia junto às Nações Unidas classificou “nulo e inválido” o decreto do presidente russo, Vladimir Putin, que incorpora a anexada península da Crimeia à região sul da Rússia. No entanto, a Rússia, um dos cinco membros do CSNU com poder de veto, bloqueou a medida, argumentando que a anexação da região foi uma medida para proteger cidadãos de etnia russa que moram lá. Em consequência, decorre na Crimeia, em paralelo, um processo de desligamento da Ucrânia e outro de ligação com a Rússia. Porém, segundo reportagem *Rússia reafirma que soberania sobre Crimeia é inegociável*, no site *Exame*, em janeiro de 2016, o presidente ucraniano garantiu que a Ucrânia não aceitará nunca a perda da soberania sobre a península.

O CSNU se manifestou, a respeito do conflito ucraniano e o posicionamento russo, através da Resolução nº 7138, de 15 de março de 2014, em que o representante dos EUA, Mr. Power, anunciou:

Desde o início da crise, o posicionamento russo tem estado em desacordo não só com a lei, mas também com os fatos. A Rússia afirmou que os direitos das pessoas dentro da Ucrânia estavam sob ataque, mas essa alegação tinha validade apenas nas partes da Ucrânia, onde a Rússia e as forças militares russas estavam exercendo influência indevida. A Rússia

negou que estava intervindo militarmente, mas as tropas russas ajudaram a cercar e ocupar edifícios públicos, fechar aeroportos, obstruir pontos de trânsito e impedir a entrada na Ucrânia de observadores internacionais e monitores de direitos humanos. A liderança russa negou qualquer intenção de tentar anexar a Crimeia, reservando-se e inventando um raciocínio para justificar tal ato ilegal (CSNU, 2014, p. 4; tradução livre).

Consta ainda na reportagem *UE vai estender sanções à Rússia por intervenção na Crimeia*, no site Exame, em junho de 2016a, que a UE decretou que irá estender por mais um ano as sanções com Rússia devido ao posicionamento russo quanto à anexação, afirmando que as medidas continuarão vigentes até 23 de junho de 2017. Tais sanções incluem o veto à compra de produtos da região, a inibição de investimentos europeus e de exportações europeias de alta tecnologia nos setores de transporte, energia e telecomunicações.

Mielniczuk (2014) afirma que o conflito ucraniano é geoestratégico, geoeconômico e ideológico. O posicionamento russo e sua anexação à região da Crimeia desencadeou uma das mais sérias hostilidades da atualidade no leste europeu. A anexação da Crimeia ocorreu de maneira impositiva e foi recebida com certa resignação pela comunidade internacional. Logo, a reação imediata dos EUA e da UE restringiu-se à imposição de sanções econômicas e políticas à Rússia. A guerra de influências alude diversas questões sobre as razões reais das tensões no país, sendo na dinâmica de poder e nos possíveis caminhos a serem trilhados pela Ucrânia em um futuro próximo.

Observando a história e a formação do país, é possível afirmar que a disputa entre as regiões faz parte de um questionamento muito maior sobre o que é de fato a Ucrânia. Por todos esses aspectos mencionados, a Ucrânia se encontra em total vulnerabilidade econômica, uma vez que se encontra endividada, empobrecida, e disputada por potências opostas. É fundamental observar os motivos pelos quais o Ocidente e a Rússia adotaram e estão adotando medidas apreensivas em busca de uma expansão de área de influência, tornando a Ucrânia o fruto de tensões das estratégias adotadas por estes. Fazendo-se necessário, por fim, refletir de que maneira mais sensata a Ucrânia poderá se reerguer (MIELNICZUK, 2014).

Em conformidade, Mielniczuk (2014) acrescenta ainda que os interesses dos manifestantes neste conflito foram legítimos, isto é, a viabilidade de manifestações pacíficas em relação à insatisfação do povo ao seu governo é a essência da democracia. Porém, diante desse conflito, os russos reagiram de maneira prevista

para aqueles que acompanham a vida política do país e veem a Rússia como um expansionismo da antiga URSS. Assim, o autor (2014, p. 16) propõe:

Um primeiro passo necessário para a resolução da crise, portanto, seria o de colocar em diálogo interlocutores ocidentais que saibam enxergar uma realidade diferente e reconhecer que, além de a diplomacia ocidental ter errado feio no trato da crise ucraniana, os interesses da Rússia são legítimos, bem como os dos russos que vivem em território ucraniano, pelo bem da própria manutenção dos princípios democráticos no país. Infelizmente, tanto o tratamento da Rússia sem referências aos estereótipos herdados da União Soviética, quanto a existência de uma Ucrânia democrática parecem impossíveis no contexto atual.

Tendo em vista os aspectos apresentados neste capítulo, no próximo será realizado um modelo de jogo fundamentado no uso da Teoria dos Jogos em conflitos internacionais, sendo representada, neste contexto, a anexação da Crimeia. Este jogo será desenvolvido para analisar os comportamentos dos atores internacionais¹⁸ envolvidos na crise ucraniana, representados por conjuntos de estratégias. Dessa forma, serão apresentados os caminhos possíveis a serem trilhados, juntamente com suas escolhas efetivas. Por último, com a contemplação do jogo como um todo, será verificado se há um equilíbrio de Nash.

¹⁸ Nas relações internacionais os atores internacionais são: os Estados, as organizações internacionais, as organizações não- governamentais, as empresas transnacionais, os atores governamentais não centrais, os atores intra-estatais não governamentais e os indivíduos.

4 JOGO DA ANEXAÇÃO

Neste capítulo será feita a representação da anexação da República da Crimeia pela Federação Russa, através de um modelo de jogo baseado nos pressupostos da Teoria dos Jogos, escolhida como embasamento teórico. Primeiramente, serão expostos alguns aspectos importantes sobre o funcionamento do jogo desenvolvido, e logo após, será apresentada a representação do conflito.

O jogo foi elaborado de forma extensiva, onde os jogadores se movem sequencialmente, sendo fundamental a escolha destes estar baseada no passado e ponderada no que poderá ser feito no futuro. Todos os jogadores têm conhecimento das estratégias disponíveis para outros jogadores. Além disso, suas informações são completas, isto é, os jogadores, na sua vez de jogar, são capazes de observar os movimentos anteriores dos seus adversários (DIXIT; SKEATH; REILEY, 2009).

Com base na descrição da crise ucraniana no terceiro capítulo, o modelo de jogo desenvolvido tem início a partir da escolha por parte da Rússia em interferir ou não no conflito interno do país vizinho. O jogo foi composto pelos três jogadores mais envolvidos neste conflito - Rússia, Ucrânia, UE e EUA -, sendo que os dois últimos formam somente um jogador. Escolheu-se a UE e os EUA como o terceiro jogador, pois estiveram constantemente juntos nos reforços de pressão do ocidente sobre a Rússia, adotando sanções políticas e econômicas, e buscando soluções para desestabilizar o conflito que aprofunda divisões não superadas da Guerra Fria.

Outra questão fundamental é que neste jogo houve de fato um trajeto que foi traçado pelos jogadores que originou a situação real do conflito. Contudo, foram apresentadas suposições de caminhos que os jogadores poderiam seguir, verificando as possíveis combinações de estratégias a serem utilizadas por estes. O cenário do jogo trata-se de um deciframento de ações linear, ou seja, quando um jogador realiza uma ação em busca de sua máxima utilidade, o próximo vai sucessivamente realizar uma seguinte ação em busca de seus melhores ganhos também, visto que, um jogo de estratégia é um modelo de uma situação envolvendo conflitos de interesses (COELHO, 2012).

Pressupõe-se antecipadamente de que todos os jogadores realizaram sinalizações, ou seja, sinalizaram algumas características antes que as ações dos oponentes fossem feitas. Este sinal pode ser uma atividade ou uma decisão que comprove que um determinado jogador tem certas habilidades ou características

significativas. Esta técnica é um meio indireto de resolver um problema de informação assimétrica referente à seleção adversa¹⁹. A sinalização compete a situações onde é possível repassar, de um modo crível, informações privadas a jogadores menos informados via o uso de sinais que são tornados públicos (DIXIT, SKEATH; REILEY, 2009).

Faz-se necessário esclarecer brevemente como se dá um jogo de forma extensiva, e sua interpretação básica de movimentos. Segundo Dixit, Skeath e Reiley (2009), os jogos sequenciais de forma extensiva são representados por um diagrama de árvore, no qual iniciam no ponto inicial do jogo (raiz da árvore), subsequentemente havendo os pontos de decisão, que são nódulos não terminais que indicam que o jogador está escolhendo. Por último há os pontos finais, que são os nódulos terminais, no qual há os *Pay-offs*, ou seja, os ganhos ou perdas do jogador, que resultam da jogada utilizada por este. E para resolvê-lo, é necessário utilizar a técnica da indução retroativa, isto é, um processo baseado na economia formal da Teoria dos Jogos, que nos diz para começarmos pelo final do jogo num ponto em que desejamos estar. Partindo desse ponto, em seguida, temos de ir voltando até o início escolhendo caminhos ao qual preferimos (HARRINGTON, 2009).

Conforme Dixit, Skeath e Reiley (2009), ao final de todos os ramos do diagrama há uma recompensa numérica para cada jogador, que determinam os ganhos associados a cada estratégia ao longo do jogo. Esta recompensa (*Pay-off*) modela o benefício ou a perda que cada jogador terá. O primeiro valor corresponde à Rússia, o segundo à Ucrânia, e por último à UE e EUA. Faz-se necessário observar que este jogo possui dezoito resultados possíveis. Portanto foi dada uma proporcionalidade aos números, sendo o número 1 a pior recompensa possível, e 18 a máxima recompensa da função utilidade. Em virtude disso, entende-se que o foco do jogo são as estratégias utilizadas pelos jogadores e o porquê de determinadas ações; sendo por isso, a Teoria dos Jogos uma teoria valiosa para decodificar equações em situações de conflito.

Dado o exposto, deve-se analisar o jogo cuidadosamente para observar as estratégias que cada jogador pode utilizar. Para se fazer tal análise das recompensas supusemos que os *Pay-offs* de cada jogador fossem distinguidos uns

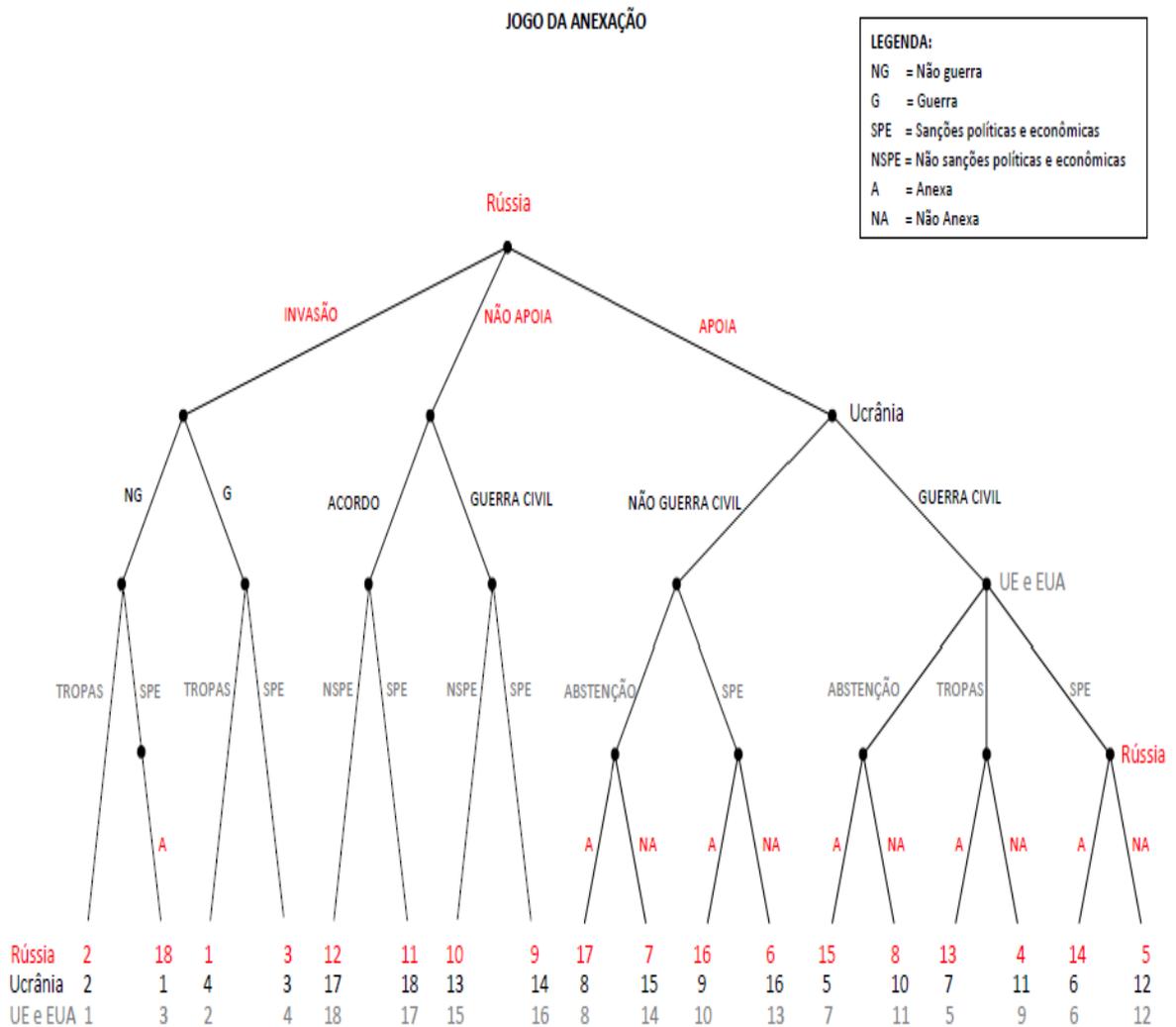
¹⁹ Seleção adversa é um fenômeno de informação assimétrica que ocorre quando agentes selecionam de maneira incorreta determinadas ações em meio à situação que estão.

dos outros em três escalas maiores, sendo de 1 a 6 os piores resultados para cada jogador; 7 a 12, resultados intermediários; e os resultados com numerações maiores, de 13 a 18, referem-se as estratégias utilizadas por estes as quais são preferíveis, atingindo uma satisfação máxima de suas utilidades.

A intenção de criar um jogo representando o conflito ucraniano propõe a intenção de melhor compreensão do acontecimento, ou seja, para que possamos visualizar as estratégias utilizadas pelos jogadores, em situações que o resultado não depende só das estratégias individuais, e sim das estratégias escolhidas por outros jogadores.

Segue a seguir a Figura 10 representando a anexação da Crimeia:

Figura 10 – O Jogo da Anexação



Fonte: Elaborado pela autora.

Acima foram expostos os detalhes do jogo, na sequência desenvolveremos como se deu a dinâmica das estratégias utilizadas pelos jogadores, e como se resolveu o jogo. Ao final, será apresentado como se chegou ao equilíbrio, que é o resultado final deste raciocínio.

4.1 Análise do jogo

Neste subcapítulo será abordada a descrição sucessiva das alternativas do jogo, apresentando os possíveis caminhos a serem escolhidos pelos jogadores. Para tanto, será exposta qual sequência de tomadas de decisões foi realmente efetiva, ocasionando a situação real do conflito. E, por fim, será feita uma análise se o estado atual deste cenário foi um equilíbrio de Nash em estratégias puras. A escolha de analisar um acontecimento decorrido em 2014, e não a situação conflituosa atual entre os Estados se deu pelo fato da pesquisadora não deter as informações sigilosas sobre quais as possíveis estratégias a serem utilizadas num futuro próximo pelos governos envolvidos.

Com o intuito de representar a anexação da Crimeia em um modelo de jogo, a representação inicia no topo na árvore, com a decisão da Rússia. Suas opções são: invadir a Ucrânia; não apoiar os separatistas ucranianos pró-Rússia; ou apoiar os separatistas. Partindo de sua tomada de decisão, a Ucrânia realiza sua escolha. Se a Rússia realizar uma invasão direta, a Ucrânia pode responder com um movimento de guerra - luta armada entre as nações com a finalidade de impor suas supremacias - ou não guerra, por vias de uma solução diplomática. Logo, a partir da decisão da Rússia e subsequentemente da Ucrânia, o terceiro jogador é a UE, juntamente com os EUA. Baseado nas escolhas feitas pelos outros jogadores, a UE e EUA tomarão suas decisões. Se a Rússia realizar invasão e a Ucrânia entrar em guerra, a UE e os EUA irão replicar com envio de tropas ao país, ou efetuar sanções políticas e econômicas. Caso a Ucrânia responda à invasão não aderindo à guerra, a UE e EUA poderão enviar tropas mesmo assim para ajudar a Ucrânia, ou irão realizar sanções políticas e econômicas, a qual poderá abrir margem para uma futura anexação por parte da Rússia do território da Crimeia.

No entanto, se a Rússia, não apoiar os separatistas, a Ucrânia tentará por meio diplomático aliviar as tensões entre os separatistas e mediar certas questões os quais levaram às manifestações da população. Ou por outro lado, a Ucrânia não

apaziguará as partes protestantes desencadeando uma guerra entre os civis. Se a Rússia não realizar um apoio aos separatistas e a população ucraniana entrar em guerra civil, a UE e EUA darão ou não apoio político e econômico. Se a Ucrânia, diante da escolha da Rússia, não realizar uma guerra e encontrar um meio de apaziguar sua população, a UE e EUA, devido a escolha ucraniana, darão ou não apoio político e econômico.

E por último, se a Rússia realizar um apoio aos separatistas é possível que ocorra um enfrentamento entre a população ucraniana, ocasionando uma guerra civil ou, não haverá um enfrentamento entre as partes conflituosas. Se não houver um enfrentamento direto entre as partes, a UE e os EUA poderão não apoiar tal situação se eximindo da ação, dando margem para a Rússia, posteriormente, anexar ou não a Crimeia. Ou estes poderão apoiar diplomaticamente a Ucrânia, diante da ocupação da Rússia, realizando sanções políticas e econômicas, na qual a Rússia poderá posteriormente anexar ou não parte do território crimeio.

Na condição da população ucraniana ir contra o posicionamento da Rússia em seu território, e haver um enfrentamento direto entre os protestantes (guerra civil), a UE e os EUA teriam três escolhas. A primeira seria não interferir neste conflito, se abstendo; a segunda seria enviar tropas para ajudar a Ucrânia; e a terceira realizar sanções políticas e econômicas para a Rússia.

Na hipótese da ausência de presença da UE e os EUA, a Rússia poderá anexar ou não a Crimeia, devido à carência de apoio de Estados por parte da Ucrânia. Caso haja um envio de tropas para auxiliar a Ucrânia, a Rússia poderá responder talvez, com dificuldade, com a anexação da Crimeia ou não. E por último, na condição de a UE e os EUA realizarem sanções econômicas e políticas diretas para a Rússia, esta pode retrucar com a vitória da anexação ou não.

Baseado no jogo percebe-se que a Rússia deseja obter a sua maior recompensa disponível (que é 18), no ponto em que ela inicia uma invasão direta a Ucrânia; a qual seguidamente responderia com um não enfrentamento, enquanto que a UE e EUA realizariam sanções. Logo, o próximo passo seria uma anexação da Crimeia por parte da Rússia. Adotou-se esse ponto como a estratégia de máxima utilidade para a Rússia, pois conforme a análise histórica da Ucrânia descrita no capítulo 3, o país possui uma substancial indústria de armamentos, o que o caracteriza como respeitável polo de poder no Leste Europeu (CANÊDO, 2006). Supôs-se que seus objetivos principais fossem o processo de anexação da Crimeia,

que aumentaria seu território, e sua ampliação na influência de poder. Considerou-se esse percurso o preferível pelos russos, pois através de uma invasão direta desta, a utilização de seu vasto recurso bélico iria ser baseada na informação de que as forças da Ucrânia evitariam um confronto direto.

Entretanto, com respeito a menor recompensa da Rússia (que é 1), supusemos que seria na posição em que ela invadisse seu país vizinho, seguido de uma resposta de guerra pela Ucrânia, onde a UE e os EUA enviariam tropas e a Rússia não conseguiria anexar a Crimeia. Tomou-se esse ponto como o menos vantajoso, pois a Rússia iniciaria uma guerra com a Ucrânia, onde, de certa forma, haveria muitas mortes e destruições em ambos os lados, como também a UE e os EUA enviariam tropas a Ucrânia para defendê-la. A invasão russa na Ucrânia significaria uma quebra das relações da Rússia com os EUA e com a Europa, mergulhando instantaneamente em uma guerra para níveis piores que na Guerra Fria. Por isto, se os EUA respondessem com a força militar neste enfrentamento, correria o risco de haver um confronto nuclear em grande escala com a Rússia (LUNKES; PINTO, 2014).

Partindo das tomadas de decisões da Ucrânia, a estratégia utilizada por esta, na qual teria uma recompensa maior (que é 18), seria no ponto em que a Rússia não apoiaria os separatistas dentro de seu território, seguido de um acordo por parte do governo do país com sua população. Logo, haveria uma reconciliação entre as partes descontentes com o governo, que realizaria alguma ação de interesse público, exigida pela população. E por final, a UE e os EUA apoiariam a Ucrânia diplomaticamente em seu conflito interno. Considerou-se esse percurso o preferível pela Ucrânia, pois seu objetivo principal é não entrar em um confronto direto com a Rússia, evitando a anexação de parte de seu território pela Rússia.

Já a posição em que a Ucrânia teria a sua menor recompensa (que é 1), seria quando a Rússia invadisse-a com um confronto direto, onde o país não responderia a guerra, pois não teria condições. Em seguida seriam aplicadas sanções por parte da UE e dos EUA, e por fim, ocorreria a anexação da Crimeia por parte da Rússia. Segundo reportagem *Como se equiparam as forças militares de Rússia e Ucrânia?*, de Jonathan Marcus, para o site BBC, de março de 2014, o exército ucraniano está disperso e não está pronto para combate, pois muitos dos seus equipamentos estão armazenados em depósitos sem manutenção. Além de que, dadas às divisões internas atuais na Ucrânia, não é garantida a fidelidade entre partes do exército do

país. Outro fator considerável é o fato de a Ucrânia estar sozinha, pois, como o país não é membro da OTAN, não tem à sua disposição as garantias de segurança dos integrantes do bloco. “O maior perigo não seria uma guerra aberta entre russos e ucranianos, mas sim que a movimentação russa leve a uma amarga guerra civil entre forças a favor e contra a Rússia” (BBC, 2014, s.n.). Portanto, escolheu-se esse possível trajeto como sendo o menos vantajoso para a Ucrânia.

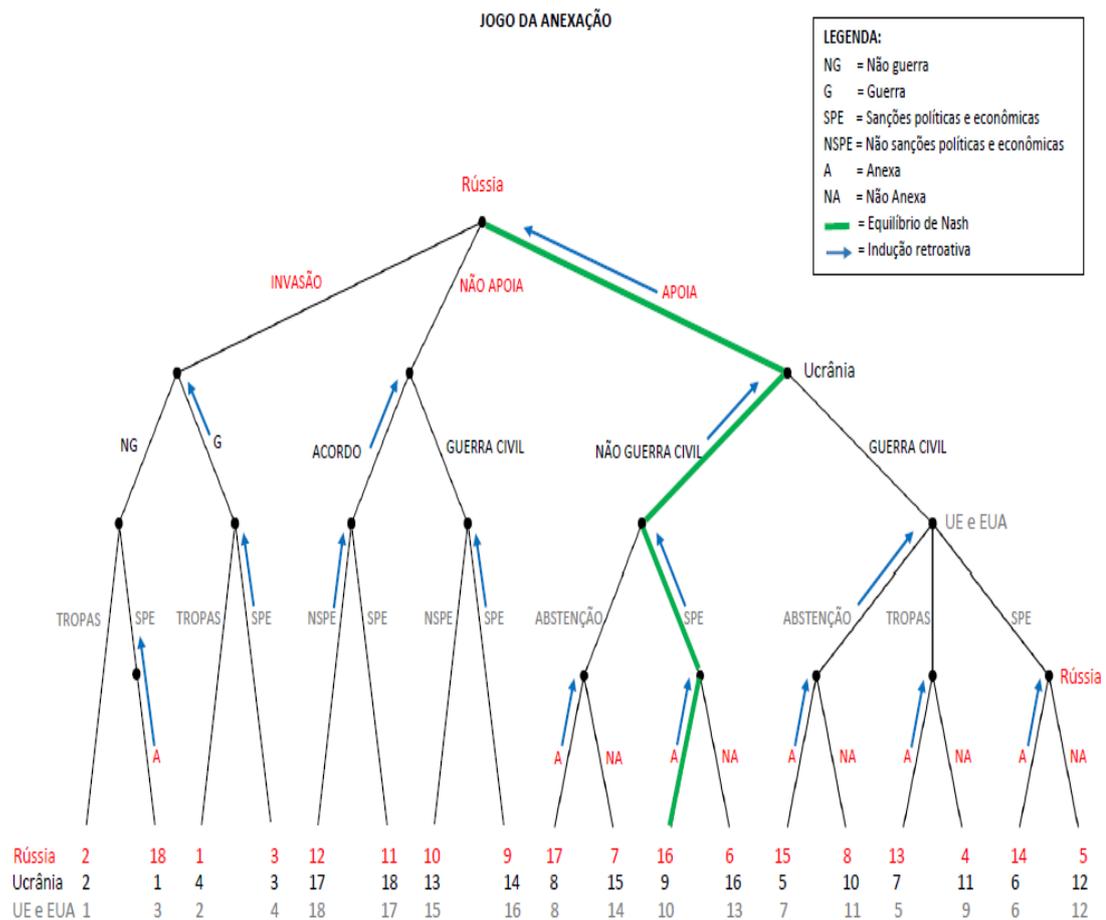
Seguidamente, o jogador a realizar suas ações é a UE juntamente com os EUA. Sua posição na qual receberia maior recompensa (que é 18) seria a partir do não apoio da Rússia aos separatistas, logo após a Ucrânia realizar um acordo de paz entre as partes protestantes, seguido da escolha do terceiro jogador em não executar sanções políticas e econômicas. De acordo com a reportagem *União Europeia e Estados Unidos juntos no reforço da pressão sobre a Rússia*, de Alexandre Martins, para o site Público, de março de 2014, para a UE e os EUA a saída para esta crise deve ser encontrada em negociações entre os governos da Ucrânia e da Federação Russa, a fim de encontrar uma solução política para essa questão. Considerou-se esse percurso o preferível, pois seus objetivos principais eram não degradar suas relações diplomáticas com ambos os países, e concomitantemente bloquear o aumento da influência da Rússia, evitando mais tensões geopolíticas.

A posição em que a UE e os EUA dispunham de uma menor recompensa (que é 1) seria se a Rússia realizasse uma invasão direta a Ucrânia, e esta não teria condições armamentícias de replicar à guerra, e logo a UE e os EUA enviariam tropas para proteger a Ucrânia. Conforme reportagem *Otan reforça tropas no leste da Europa por causa da crise na Ucrânia*, no o site G1, em fevereiro de 2015, o envio de tropas seria uma resposta da OTAN à Rússia, que foi acusada de apoiar rebeldes ucranianos. Como consta em reportagem *A Ucrânia motiva uma nova Guerra Fria entre a Rússia e os Estados Unidos*, de Pilar Bonet, para o site El País, de fevereiro de 2014, a respeito da declaração de um político ucraniano, este declara que “os serviços de segurança da Ucrânia estão em uma situação tão lamentável que permitem aos serviços secretos de outros países atuarem em nosso país”. Escolheu-se esta posição como de menor recompensa, pois supôs-se que com um confronto direto da Rússia e a “rendição” da Ucrânia, a UE e os EUA enviariam tropas, e esta guerra seria diretamente entre eles e a Rússia, podendo gerar uma segunda Guerra Fria.

Dessa forma, resolvendo o jogo pelo método de indução retroativa, pode-se constatar, claramente, que houve um equilíbrio. O Equilíbrio de Nash deu-se na escolha da Rússia em apoiar os separatistas, seguindo de uma não guerra civil na Ucrânia, na qual a escolha por parte da UE e dos EUA foi a de realizar sanções políticas e econômicas para a Rússia; esta, que por fim anexou a Crimeia. Diante do exposto, neste conflito, há evidentemente um equilíbrio em estratégias puras no cenário atual do conflito; no qual deu-se nas escolhas efetivas dos atores internacionais envolvidos na situação.

Segue abaixo a Figura 11 representando o Equilíbrio de Nash encontrado:

Figura 11 – O Equilíbrio de Nash



Fonte: Elaborado pela autora.

A partir deste cenário, a sequência de estratégias feitas pelos jogadores na realidade de fato ocorreu, e a partir da aplicação da Teoria dos Jogos para a análise

do conflito, essa trajetória foi efetivamente um Equilíbrio de Nash. Este resultado foi encontrado através da técnica da indução retroativa, representada pelas setas, em que auxiliou a entender a situação como um todo, visualizando os incentivos de cada jogador e seus respectivos ganhos.

O Equilíbrio de Nash consistiu-se na forma de comparações de resultados, isto é, para cada combinação de estratégias dos oponentes, os ganhos que um jogador obteria em cada uma das suas possíveis estratégias, foram focalizados os melhores (FERREIRA; FERREIRA, 2008). Nesse jogo, um equilíbrio de Nash não garante necessariamente o máximo de bem-estar para os jogadores.

Recordando ao conceito de Equilíbrio de Nash, conforme Ferreira e Ferreira (2008), consiste numa combinação de estratégias, uma para cada jogador, tal que nenhum jogador melhora o seu lucro se modificar a sua estratégia e os restantes jogadores mantiverem as suas inalteradas. Posto isto, o Equilíbrio de Nash é uma combinação de estratégias da qual nenhum jogador tem incentivo para se desviar unilateralmente, isto é, nenhum jogador se beneficia ao alterar sua própria estratégia de jogo, não há arrependimentos de suas decisões tomadas, dadas as estratégias escolhidas pelos demais jogadores. Em síntese, um equilíbrio de Nash é constituído por estratégias que são ótimas para cada jogador, dadas as estratégias dos restantes.

Faz-se necessário perceber que um dos princípios fundamentais do jogo é que cada jogador deseja obter para si próprio a maior recompensa possível. Porém, como exposto, o resultado do jogo não é determinado exclusivamente pela escolha de estratégia de apenas um jogador, e sim todos os jogadores influenciam o resultado do jogo ao escolherem suas estratégias. Dado isso, através de uma análise detalhada da situação, Ferreira e Ferreira (2008, p. 1) acrescentam que “o equilíbrio de Nash, utilizado muitas vezes para solução de um jogo, não é necessariamente a ‘melhor solução’ ou a que fornece o ‘melhor resultado’“. Em muitas situações, todos os jogadores aumentariam seus ganhos caso pudessem, de alguma maneira, acordar estratégias diferentes da do Equilíbrio de Nash. Nesse sentido, a combinação de estratégias utilizadas pelos atores internacionais no conflito apresentado - que foi um equilíbrio -, não significou que cada um obteve o melhor ganho possível; mas sim o melhor ganho condicionado ao fato dos demais jogadores escolherem as estratégias indicadas para estes nessa combinação.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como problema de pesquisa verificar se era possível representar a anexação da Crimeia pela Rússia através de um modelo de jogo; e identificar se houve um Equilíbrio de Nash em estratégias puras diante do jogo de anexação. Teve-se como objetivo geral, realizar um estudo a respeito da crise ucraniana, analisando a anexação da Crimeia pela Rússia, representando-a através de um modelo de jogo, além de identificar quais tomadas de decisão e estratégias utilizadas pelos jogadores - Rússia, Ucrânia, UE e EUA - ocasionaram a situação atual. E, para tanto, os objetivos específicos foram: apresentar a Teoria dos Jogos, que serviu como marco teórico do trabalho, destacando suas principais premissas relevantes para encontrar a resposta do problema de pesquisa proposto; realizar um mapeamento histórico da Ucrânia, com finalidade de explicar seu passado, a fim de entender o conflito atual existente; criar um modelo de jogo de anexação da Crimeia, identificando os atores participantes do conflito ucraniano e como se comportaram em suas tomadas de decisões; e por fim, verificar se houve um Equilíbrio de Nash em estratégias puras no jogo de objeto de estudo.

Iniciou-se o primeiro capítulo teórico abordando a Teoria dos Jogos, a fim de que se pudesse responder ao primeiro objetivo. A Teoria dos Jogos é um campo da matemática aplicada, que estuda situações estratégicas onde os jogadores possuem diferentes comportamentos na tentativa de melhorar seu retorno em uma dada circunstância. Inicialmente, ela foi desenvolvida como ferramenta para compreender comportamentos econômicos, mas no momento presente ela é também aplicada em diversos campos acadêmicos. No primeiro capítulo, foram expostos seus principais pressupostos e aplicações, que serviram de base para a criação de modelo para o jogo proposto no presente trabalho.

O estudo dos jogos abriu portas para a compreensão quanto aos interesses dos jogadores. Pôde-se constatar que todos jogadores visam maximizar suas satisfações, na busca pela conquista de seus objetivos e para tal tentam compreender racionalmente o comportamento do outro perante suas próprias escolhas. Os resultados diante de suas escolhas, são denominados *Pay-offs* que caracterizam-se pelo valor atribuído a tal resultância, seja eles uma perda ou ganho das suas ações, dependendo obrigatoriamente da movimentação de outros

jogadores. Posto isto, destacou-se dois tipos de jogos, os com movimentos simultâneos e os sequenciais. Em jogos com movimentos simultâneos, os jogadores fazem as suas escolhas estratégicas sem conhecimento das escolhas feitas por outros jogadores, elegendo suas ações exatamente ao mesmo tempo. E os jogos sequenciais são caracterizados pelo conhecimento das decisões dos jogadores oponentes, sendo jogos de ação e reação. Outro aspecto importante destacado foram as informações dadas em jogos, sendo perfeitas ou imperfeitas; um jogo com informação perfeita é quando todos os jogadores conhecem os movimentos prévios feitos por todos os outros jogadores; e informação imperfeita é quando pelo menos algum jogador desconhece o movimento dos outros jogadores.

No capítulo também versou-se sobre a Teoria dos Jogos nas Relações Internacionais, onde constatou-se que a utilização da teoria como análise de cenários internacionais pode contribuir para estudo nos processos de interações estratégicas. A disciplina de Relações Internacionais visa o estudo sistemático das relações entre diferentes culturas, políticas, economias, em diferentes países, no qual seus reflexos transcendam as fronteiras de um Estado. A Teoria dos Jogos pode ajudar a explorar certas questões internacionais, pois parte da premissa de equacionar, por meio do raciocínio lógico, os conflitos de interesse que ocorrem frequentemente entre os Estados, verificando as tendências entre os jogadores de maximizar seus ganhos individuais.

A partir disso, foram apresentados dois exemplos da utilização da Teoria dos Jogos nas Relações Internacionais: primeiramente, foi representado um modelo de jogo sequencial de informação imperfeita da Guerra do Iraque, ocorrida em 2003. Os jogadores - Iraque, ONU e EUA - realizaram suas ações baseadas na premissa do Iraque possuir ou não armas de destruição. No jogo, o equilíbrio se encontra na escolha dos EUA de realizar a guerra, mas que na prática não foi o que aconteceu, pois não se tinha informações completas se o Iraque tinha de fato armas de destruição em massa, gerando assim um resultado fictício ao jogo. E o segundo exemplo foi a representação de um modelo de jogo sequencial com informação perfeita, da Crise dos Mísseis em Cuba. A crise foi um confronto entre os EUA e a URSS relacionado com a implantação de mísseis soviéticos em Cuba. A principal questão envolvendo o caso foi como os EUA poderiam retirar os mísseis sem iniciar uma guerra nuclear, que é mostrada através de opções de escolha dos americanos em realizar um bloqueio naval ou ataque aéreo, e a URSS continuar firme ou recuar.

Assim, foi possível demonstrar com estes exemplos, as possibilidades e limitações da Teoria dos Jogos como um instrumento para o estudo das Relações Internacionais. É crucial ter conhecimento prévio da história e do desenrolar das interações estratégicas utilizadas pelos atores, para desenvolver tais jogos, sendo necessário ter conceitos bem definidos como os jogadores, estratégias, ações, preferências e deduções, podendo assim, posteriormente, identificar se há equilíbrio em certas situações.

A partir disso, considerando o segundo objetivo, o terceiro capítulo apresenta um breve histórico ucraniano, em que foi descrito sua história a partir da desagregação da URSS, em 1991, ano que a Ucrânia se tornou independente. Desde então, o país passou a olhar em outra direção, do oriente para o ocidente, da Rússia para a UE, afinal cada um dos lados possuíam e ainda possuem interesses e realizam pressões no país. Após sua independência abriram-se caminhos a um processo de democratização e transformação do país, de um modo longo e sinuoso, fundamentado na escolha, por parte dos ucranianos, pela aproximação aos princípios democrático-liberais ocidentais, depois de muitos anos de sovietação. Em seus poucos anos de independência, a Ucrânia viveu forte instabilidade política e econômica oriunda de divergências internas, marcada por uma série de protestos e eventos políticos, intitulado Revolução Laranja. Foi um movimento motivado pela divisão na classe política entre os pró-Rússia e pró-Occidente, decorrente de ampla fraude nas eleições presidenciais de 2004. Bem como, foi um clamor por mudanças no governo liderado pelas mesmas elites de representantes e demonstração de insatisfação por parte da população, sendo considerada uma nova etapa no desenvolvimento do Estado.

Neste mesmo capítulo, buscou-se, caracterizar o conflito ucraniano ocorrido em 2013. As manifestações começaram como reação indignada da população com o governo ucraniano que rompeu laços políticos com a UE e prosperou ao estreitamento das relações com a Rússia. A crise ucraniana foi o estopim de uma instabilidade política que marca a região há vários anos. Além de outros muitos motivos que levaram as pessoas às ruas, como desemprego, desigualdade social, corrupção, crise econômica, pobreza e repressão social. A quebra do acordo com a UE foi a cessação para um governo que já sofria desgastes com problemas como a economia sem crescimento, corrupção endêmica e a falta de reformas políticas. A violenta repressão entre manifestantes e policiais fez crescer o movimento e as

críticas ao governo, e alterou a pauta de reivindicações: os protestos não pediam apenas o alinhamento à UE, mas também a saída do então presidente, Viktor Yanukóvytch. Logo, a Crimeia, ex-república autônoma da Ucrânia, foi invadida primeiramente por separatistas com bandeiras da Rússia, e posteriormente foi anexada por esta.

O país atraiu grande atenção internacional nesses últimos anos, principalmente devido à incorporação da região semiautônoma da Crimeia pela Rússia. Em 2014 foi realizada uma votação na Crimeia onde seus habitantes pudessem escolher se preferiam pertencer à Rússia ou continuar na Ucrânia, e a resposta das urnas foi uma preferência pela união à Rússia, esta, que logo se prontificou a implementar sua anexação. A grande maioria da comunidade internacional alegou que o referendo não foi legal e o resultado não foi verídico, e em virtude da anexação, alguns Estados impuseram sanções econômicas e políticas à Rússia, reprovando o comportamento da Rússia de não reconhecer a soberania do seu país vizinho e violar sua integridade territorial.

Atualmente, observa-se que as tensões referentes à anexação continuam veementes. Em 2016, a Rússia argumentou que a anexação da Crimeia foi uma medida para proteger cidadãos de etnia russa que moram na região, e que a anexação aconteceu após um referendo que decidiu pela separação da Ucrânia; reafirmando que soberania sobre Crimeia é inegociável. Para isso, a UE resolveu estender até metade de 2017 as sanções à Rússia devido ao seu posicionamento. Em contestação, o presidente ucraniano em seus discursos garante que a Ucrânia não aceitará nunca a perda da soberania sobre a península.

Correspondendo ao terceiro objetivo, buscou-se, no quarto capítulo, desenvolver um modelo de jogo de forma extensiva, representando a anexação da Crimeia. Para análise deste cenário, a Teoria dos Jogos serviu como ferramenta de estudo, fazendo uso do método descritivo, constatatório e observacional. É descritivo, pois explica minuciosamente este episódio; é constatatório por revelar manobras empregadas, e observacional pela sua natureza contemplatória a distância. O jogo foi composto por três jogadores: Rússia, Ucrânia, UE e EUA (sendo os dois últimos somente um jogador), no qual foram representadas suas ações efetivas, bem como seus demais caminhos hipotéticos que poderiam seguir. Este jogo foi realizado de forma sequencial, e com informação perfeita, onde todos os jogadores foram capazes de observar os movimentos realizados pelos outros.

Dando prosseguimento do jogo, correspondendo ao quarto objetivo, constatou-se que houve um Equilíbrio de Nash em estratégias puras. No qual foi identificado nas escolhas efetivas dos jogadores, ou seja, a anexação da Crimeia pela Rússia foi de fato o equilíbrio, sendo este resultado a combinação das estratégias efetivas utilizadas pelos jogadores. Logo, esse trajeto deu-se na escolha por parte da Rússia em apoiar os separatistas ucranianos, não havendo guerra civil entre os ucranianos, onde a UE e os EUA recorreram a sanções políticas e econômicas para Rússia, esta, que por fim, anexou a região da Crimeia.

A grande contribuição do jogo da anexação da Crimeia foi demonstrar que é possível, sim, trabalhar com o modelo teórico dos jogos de forma não só a apurar a análise, mas também (e especialmente) para oportunizar a visualização de cenários de conflitos internacionais. A capacidade de examinar as probabilidades de ocorrência de um conflito frente uma análise racional de suas escolhas e a de um oponente são de suma importância para o estabelecimento de parâmetros de convivência pacífica; sendo justamente neste ponto que a utilidade da Teoria dos Jogos confere uma luz ao estudo dos conflitos internacionais. A Teoria dos Jogos, portanto, deve ser destacada pela Academia de Relações Internacionais como um instrumento analítico poderoso para as análises de interações tipicamente conflituosas; considerando seus pressupostos e resultados como fundamentos para a proposição e a formulação de lógicas que possam conduzir à paz.

Finalmente, com este estudo, pode-se verificar que é possível utilizar a Teoria dos Jogos a fim de explorar novas e futuras perspectivas quanto à relação a esse e outros fatos no cenário mundial. A teoria abre portas para pesquisas quanto ao cenário internacional da Crimeia pós-anexada, ou à renovadas ambições expansionistas da Rússia, bem como confrontos indiretos entre a Rússia, Ucrânia e demais países, no que tange a sanções políticas e econômicas graves.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Ricardo A. As razões e as consequências do golpe de estado na Ucrânia. *Revista Oriente Mídia*, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.orientemidia.org/as-razoas-e-as-consequencias-do-golpe-de-estado-na-ucrania/>>. Acesso em: 15/04/2016.
- ACADEMIC. *Unión Soviética*. 2014. [Online]. Disponível em: <<http://www.esacademic.com/dic.nsf/eswiki/356375>>. Acesso em: 09/11/2016.
- ALMEIDA, Alecsandra N. *Teoria dos Jogos: As origens e os fundamentos da Teoria dos Jogos*. 2006. 8 f. Dissertação de Mestrado. UNIMESP – Centro Universitário Metropolitano de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.gilmaths.mat.br/Artigos/Teoria%20dos%20Jogos.pdf>>. Acesso em: 10/05/2016.
- ALT, Vivian. As raízes do conflito na Ucrânia. *Carta Capital*, Abr. 2015a. Disponível em: <<http://politike.cartacapital.com.br/as-raizes-do-conflito-na-ucrania/>>. Acesso em: 05/05/2016.
- _____. Ucrânia: da Revolução Laranja à crise de 2014. *Carta Capital*, Abr. 2015b. Disponível em: <<http://politike.cartacapital.com.br/ucrania-da-revolucao-laranja-a-crise-de-2014/>>. Acesso em: 25/09/2016.
- BARBOSA, Rodrigo. Ucrânia: Poroshenko quer recuperar leste e Crimeia em 2016. *Revista Euronews*, jan. 2016. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2016/01/15/ucrania-poroshenko-quer-recuperar-leste-e-crimea-em-2016>>. Acesso em: 01/09/2016.
- BBC NEWS. Ukraine profile – Timeline. *BBC News Magazine*. Londres, 27 out. 2015. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-18010123>>. Acesso em: 01/09/2016.
- BEBLER, Anton. Crimea and the Russian-Ukrainian Conflict. *Romanian Journal of european affairs*, vol. 15, no. 1, Mar. 2015. Disponível em: <http://rjea.ier.ro/sites/rjea.ier.ro/files/articole/RJEA_2014_vol15_no1_art.3.pdf>. Acesso em: 20/04/2016.
- BÊRNI, Duílio A. *Teoria dos jogos: jogos de estratégia, estratégia decisória, teoria da decisão*. Rio de Janeiro: Editora Reichmann & Affonso, 2004.
- BERTONHA, João F. A crise ucraniana e as estratégias nacionais de defesa dos EUA e da Europa: a volta do hard power?. *Boletim Meridiano*, vol. 47, no. 15, p. 25-33, set.-out. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/download/12184/8688>>. Acesso em: 01/05/2016.
- BONET, Pilar. A Ucrânia motiva uma nova Guerra Fria entre a Rússia e os Estados Unidos. *El País*, fev. 2014. Disponível em:

<http://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/07/actualidad/1391799362_349417.html>. Acesso em: 15/10/2016.

BOURBON, Maria João. Acordo de comércio UE-Ucrânia intensifica guerra econômica. *Revista Expresso*. Portugal, 1 jan. 2016. Disponível em: <<http://expresso.sapo.pt/internacional/2016-01-01-Acordo-de-comercio-UE-Ucrania-intensifica-guerra-economica>>. Acesso em: 01/09/2016.

CANÊDO, Sílvia Helena Guilherme. Rússia e o gás natural: um importante instrumento de política externa. *Conjuntura Internacional PUC MINAS*, Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www1.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20060809112403.pdf>. Acesso em: 20/09/2016.

COELHO, Ana Cecília. *A concepção da teoria dos jogos e suas implicações teóricas para as relações internacionais: limites e possibilidades*. 2012. 94 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2012.

CORREA, Hector. Game theory as an instrument for the analysis of international relations. *Ritsumeikan Annual Review of International Studies*, vol. 14, no. 2, p. 187-208, 2001. Disponível em: <<http://www.ritsumei.ac.jp/acd/cg/ir/college/bulletin/vol14-2/14-2hector.pdf>>. Acesso em: 01/05/2016.

DAMIANI, Gerson Denis Silvestre Duarte. *Teoria dos jogos e relações internacionais: estratégias da governança mercantil global. Uma análise da convenção das Nações Unidas para os contratos de compra e venda internacional de mercadorias à luz de sua vinculação ao Brasil*. 2014. 207 f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. 2014.

DIAS, Vanda Amaro. As dimensões interna e internacional da crise na Ucrânia. *Relações Internacionais (R: I)*, no. 45, p. 45-55, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n45/n45a03.pdf>>. Acesso em: 25/08/2016.

DIUK, Nadia. Finding Ukraine. *Journal of Democracy*, Johns Hopkins University Press, vol. 5, no. 3, jul. 2014, p. 83-89. Disponível em: <<http://www.journalofdemocracy.org/search/content/finding%20ukraine>>. Acesso em: 19 out. 2015.

DIXIT, Avinash; SKEATH, Susan; REILEY, David Junior. *Games of strategy*. 3ª edição (International Student Edition). Nova Iorque: Editora Norton, 2009.

DRIEST, Simone F. V. D. Crimea's Separation from Ukraine: An Analysis of the Right to Self-Determination and (Remedial) Secession in International Law. *Netherlands International Law Review*, vol. 62, no. 3, p. 329-363, 2015. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007/s40802-015-0043-9>>. Acesso em: 20/04/2016.

ECKEL, Mike. A cry from Crimea. *World Policy Journal*, p. 85-96, Winter 2014/2015. Disponível em: <<http://www.worldpolicy.org/>>. Acesso em: 19/10/2015.

EDLER, Daniel. Identidade, política externa e os discursos sobre história na Ucrânia. In: 3º ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. *Anais do 3º Encontro Nacional ABRI*. São Paulo, 2011.

EXAME.COM. *Rússia reafirma que soberania sobre Crimeia é inegociável*, jan. 2016a. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/russia-reafirma-que-soberania-sobre-crimea-e-inegociavel/>>. Acesso em: 10/09/2016.

_____. *Ucrânia protesta na ONU contra decreto russo sobre Crimeia*, jul. 2016b. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/ucrania-protesta-na-onu-contra-decreto-russo-sobre-crimea/>>. Acesso em: 15/09/2016.

_____. *UE vai estender sanções à Rússia por intervenção na Crimeia*, jun. 2016c. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/ue-vai-estender-sancoes-a-russia-por-intervencao-na-crimea/>>. Acesso em: 15/09/2016.

FERREIRA, Fernanda A.; FERREIRA, Flávio. Equilíbrio de Nash versus Ótimo de Pareto: racionalidade individualista versus racionalidade altruísta. *Gazeta de Matemática*, v. 69, n. 155, p. 7-10, 2008. Disponível em: <<http://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/7283>>. Acesso em: 05/10/2016.

FIANI, Ronaldo. *Teoria dos jogos: com aplicações em economia, administração e ciências sociais*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Entenda por que Ucrânia e Rússia brigam pelo controle da Crimeia*. São Paulo, 07 mar. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/03/1422015-entenda-porque-ucrania-e-russia-brigam-pelo-controle-da-crimea.shtml>>. Acesso em: 01/11/2016.

FREIRE, Maria Raquel. *Relações UE-Ucrânia: a complexa gestão de objetivos, motivações e expectativas*. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais, Universidade Nova de Lisboa, 2008. (*Working Paper*) Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/9604/1/MRFreire_IPRIWorkingPaper37.pdf>. Acesso em: 20/08/2016.

G1. Jornal Nacional. *Otan reforça tropas no leste da Europa por causa da crise na Ucrânia*, fev. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/02/otan-reforca-tropas-no-leste-da-europa-por-cao-da-crise-na-ucrania.html>>. Acesso em: 25/09/2016.

_____. Leia a íntegra do discurso em que Putin reconhece a Crimeia. *Portal de Notícias da Globo*, Rio de Janeiro, 19 mar. 2014a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/03/leia-integra-do-discurso-em-que-putim-reconhece-crimea.html>>. Acesso em: 10/09/2016.

_____. Líderes do G7 e da UE se reúnem em cúpula para discutir crise na Ucrânia. *Portal de Notícias da Globo*, Rio de Janeiro, 24 mar. 2014b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/03/lideres-do-g7-e-da-ue-se-reunem-em-cupula-para-discutir-crise-na-ucrania.html>>. Acesso em: 10/09/2016.

_____. Novo presidente da Ucrânia diz que Crimeia foi, é e será ucraniana. *Portal de Notícias da Globo*, Rio de Janeiro, jun. 2014c. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/06/novo-presidente-da-ucrania-diz-que-crimea-foi-e-e-sera-ucraniana.html>>. Acesso em: 05/05/2016.

HARRINGTON, Joseph E. *Games, strategies and decision making*. Nova Iorque. Worth Publishers, 2009.

HIMKA, John-Paul. The history behind the regional conflict in Ukraine. *Kritika: Explorations in Russian and Eurasian History*, vol. 16, no. 1, p. 129-136, 2015. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/569805/pdf>>. Acesso em: 17/04/2016.

HOFFMANN, Manuel; NEUENKIRCH, Matthias. The pro-Russian conflict and its impact on stock returns in Russia and the Ukraine. *International Economics and Economic Policy*, p. 1-13, 2015. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10368-015-0321-3>>. Acesso em: 15/04/2016.

JANMAAT, Jan Germen. The ethnic 'other' in Ukrainian history textbooks: The case of Russia and the Russians. *Compare: a Journal of Comparative Education*, vol. 37, no. 3, p. 307-324, 2007. Disponível em: <<https://germjanmaat.wordpress.com/selected-publications/>>. Acesso em: 20/04/2016.

JUBRAN, Bruno Mariotto. Ucrânia: passado sombrio, futuro incerto. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, vol. 6, no. 30, 2015.

KISSINGER, Henry. Como resolver a crise ucraniana. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 07 mar. 2014. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,comoresolver-a-crise-ucraniana-imp-,1137996>>. Acesso em: 10/09/2016.

KUBILIUS, Andrius. A changed reality: the role of the EU and the US in the transformation of Ukraine and Russia. *European View*, vol. 14, no. 2, p. 275-283, 2015. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007/s12290-015-0364-4>>. Acesso em: 01/05/2016.

KULYK, Volodymyr. The media, history and identity: competing narratives of the past in the Ukrainian popular press. *National Identities*, vol. 13, no. 3, p. 287-303, 2011. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14608944.2011.591373>>. Acesso em: 05/05/2016.

KUZIO, Taras. Identity and nation-building in Ukraine Defining the 'Other'. *Ethnicities*, vol. 1, no. 3, p. 343-365, 2001. Disponível em: <<http://etn.sagepub.com/content/1/3/343.abstract>>. Acesso em: 05/04/2016.

_____. National identity and history writing in Ukraine. *Nationalities Papers*, vol. 34, no. 4, p. 407-427, 2006. Disponível em:

<http://www.taraskuzio.net/Nation%20and%20State%20Building_files/NationalIdentityHistory.pdf>. Acesso em: 15/04/2016.

_____. Competing Nationalisms, Euromaidan, and the Russian-Ukrainian Conflict. *Studies in Ethnicity and Nationalism*, vol. 15, no. 1, p. 157-169, 2015. Disponível em: <http://www.taraskuzio.net/Nation%20and%20State%20Building_files/Euromaidan_Nationalism.pdf>. Acesso em: 01/05/2016.

KYDD, Andrew H. *Trust and mistrust in international relations*. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

LA HISTORIA CON MAPAS. *Mapa Ucrânia*. 2015. [Online]. Disponível em: <<http://www.lahistoriaconmapas.com/atlas/mapa-portugues/Ucr%C3%A2nia-mapa-Capital.htm>>. Acesso em: 01/11/2016.

LUNKES, Daniela Sallet; PINTO, Danielle Jacon Ayres. O atual processo de construção identitária da Ucrânia: o conflito entre a tradição russa e o modelo econômico da UE. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. *Anais do Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais*. João Pessoa, 2014, p. 1-12. Disponível em: <http://www.seminario2014.abri.org.br/resources/anais/21/1407159916_ARQUIVO_ArtigoDanielleAyreseDanielaLukesABRI2014.pdf>. Acesso em: 10/07/2016.

MARCUS, Jonathan. Como se equiparam as forças militares de Rússia e Ucrânia? *BBC Brasil*, mar. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140303_ucrania_poder_militar_rb>. Acesso em: 01/10/2016.

MARIUTTI, Eduardo Barros. *Política internacional, relações internacionais e economia política internacional: possibilidades de diálogo*. Texto para Discussão. UNICAMP, Campinas, no. 218, abr. 2013.

MARTINS, Alexandre. União Europeia e Estados Unidos juntos no reforço da pressão sobre a Rússia. *Público*, mar. 2014. Disponível em: <<https://www.publico.pt/mundo/noticia/uniao-europeia-e-eua-juntas-no-reforco-da-pressao-sobre-a-russia-1627323>>. Acesso em: 15/09/2016.

MCSWEENEY, Bill. *Security, identity and interests: a sociology of international relations*. Dublin: Cambridge University Press, 1999.

MELLO, Flavia de Campos. Teoria dos jogos e relações internacionais: um balanço dos debates. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, no. 44, p. 105-119, 1997.

MIELNICZUK, Fabiano. A crise ucraniana e suas implicações para as relações internacionais. *Revista Conjuntura Austral*, Porto Alegre, vol. 5, no. 23, p. 4-19, abr.-maio. 2014a. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/46849>>. Acesso em: 17 out. 2015.

_____. Identidade como Fonte de Conflito: Ucrânia e Rússia no Pós-URSS. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 28, no. 1, p. 223-258, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.pucRio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 19 out. 2015.

_____. Por que aderir à Europa é ruim para a Ucrânia. *Operamundi*, Rio de Janeiro, jan. 2014b. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/33729/por+que+aderir+a+europa+e+ruim+para+a+ucrania.shtml>>. Acesso em: 15/10/2016.

MILLER, Alexei; WERT, Paul W. The "Ukrainian crisis" and its multiple histories. *Kritika: Explorations in Russian and Eurasian History*, vol. 16, no. 1, p. 145-148, 2015. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/569807>>. Acesso em: 15/04/2016.

MONTEIRO, Cláudia Servilha. A decisão racional na teoria dos jogos. In: ENCONTRO PREPARATÓRIO PARA O CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI. *Anais do XVII Encontro Preparatório Para o Congresso Nacional do Conpedi*. Fundação Boiteux, Salvador, 2008.

MORRISON, John. Pereyaslav and after: the Russian-Ukrainian relationship. *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944)*, Vol. 69, No. 4, p. 677-703, 2008. Disponível em: <<http://people.stfx.ca/x2011/x2011ruk/Articles%20for%20PSCI/ison1993RussianUkrainianrelationship.pdf>>. Acesso em: 20/04/2016.

MOTYL, Alexander J. Can Ukraine Have a History?. *Problems of Post-Communism*, vol. 57, no. 3, p. 55-61, 2010. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2753/PPC10758216570305?journalCode=mpc20>>. Acesso em: 10/08/2016

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. *Conflito no leste da Ucrânia deixa 1,5 milhão de pessoas passando fome*. Abr. 2016a. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conflito-no-leste-da-ucrania-deixa-15-milhao-de-pessoas-passando-fome-alerta-onu/>>. Acesso em: 15/07/2016.

_____. *Depois de dois anos de conflito, situação no leste da Ucrânia continua 'terrível'*. Jun. 2016b. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-depois-de-dois-anos-de-conflito-situacao-no-leste-da-ucrania-continua-terrivel/>>. Acesso em: 01/08/2016.

NASH, John. Non-cooperative games. *Annals of mathematics*, Princeton, vol. 54, no. 2. p. 286-295, 1951. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1969529?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 15/07/2016.

OPERA MUNDI. *Anexação de Crimeia à Rússia é destaque da semana em Opera Mundi*. São Paulo, 22 mar. 2014. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/34477/anexacao+de+crimeia+a+rus+sia+e+destaque+da+semana+em+opera+mundi.shtml>> Acesso em: 20/10/2016.

PEDUZZI, Pedro. Guerra do Iraque contabiliza 174 mil mortes em dez anos. *Agência Brasil – Empresa Brasil de Comunicação*, mar. 2013. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-03-17/guerra-do-iraque-contabiliza-174-mil-mortes-em-dez-anos>>. Acesso em: 10/09/2016

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. *Microeconomics*. 5 edição. Londres: Pearson Prentice Hall, 2002.

PRIDHAM, Geoffrey. Ukraine, the European Union and the democracy question. *Romanian Journal of European Affairs*, vol. 11, no. 4, p. 18-33, 2011. Disponível em: <http://beta.ier.ro/documente/rjea_vol11_no4/RJEA_2011_vol11_no4_Ukraine,_the_European_Union_and_the_Democracy_Question.pdf>. Acesso em: 15/04/2016.

RAFAEL, João Miguel Chaves. *Estratégia energética da Rússia: o caso do gás natural nas relações com a Europa*. Tese de Doutorado. 2012. 146 f. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2012. Disponível em: <<http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/4547>>. Acesso em: 05/09/2016.

RAPOPORT, Anatol (Ed.). *Game theory as a theory of conflict resolution*. Netherlands: Springer Science & Business Media, 2012.

SARTINI, Brígida Alexandre *et al.* Uma introdução à teoria dos jogos. In: BIENAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE MATEMÁTICA. *Anais da II Bienal da SBM*. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. Disponível em: <<http://www.ime.usp.br/~rvicente/IntroTeoriaDosJogos.pdf>>. Acesso em: 15/08/2016.

SILVA, Antonio Costa. A segurança energética da Europa. *Revista Nação e Defesa*, No. 116, p. 31-72, 2007. Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1231/1/NeD116_AntonioCostaSilva.pdf>. Acesso em: 01/09/2016.

SNIDAL, Duncan. The game theory of international politics. *World Politics*, Vol. 38, No. 1, p. 25-57, 1985. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2010350?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 01/05/2016.

SOUZA, Ádamo Alberto de. *A teoria dos jogos e as ciências sociais*. Dissertação de Mestrado. 2003. 178 f. Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Marília, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/88823/souza_aa_me_mar.pdf?sequence=1>.

SPRINZ, Detlef F; WOLINSKY, Yael. Conclusions. In: _____. (Eds.) *Cases, Numbers, Models: International Relations Research Methods methods for studying international relations*. Revised. Michigan, 2002. p. 396-411. Disponível em: <[http://www.sscnet.ucla.edu/polisci/faculty/trachtenberg/syllabi/lists/harvard/moravcsik%20\(sprinz%20wolinsky\).pdf](http://www.sscnet.ucla.edu/polisci/faculty/trachtenberg/syllabi/lists/harvard/moravcsik%20(sprinz%20wolinsky).pdf)>. Acesso em: 10/0/2016.

THE ECONOMIST. *Keeping hope alive*. Nova Iorque. jan. 2016. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/books-and-arts/21684765-why-struggle-ukraine-key-europes-future-keeping-hope-alive>>. Acesso em: 15/04/2016.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. *Letter dated 28 February 2014 from the Permanent Representative of Ukraine to the United Nations addressed to the President of the Security Council (S/2014/136)*. Nova Iorque, 15 mar. 2014. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_pv_7138.pdf>. Acesso em: 20/05/2016.

VECCHIO, Robert. *Comportamento Organizacional*. Tradução de Roberto Galman da 6ª edição norte-americana. São Paulo: Editora Cengage, 2009.

VITORINO FILHO, Valdir Antonio *et al.* Teoria dos jogos: uma abordagem exploratória. *Revista Conteúdo*, Capivari, vol. 1, no. 2, p. 112-129, 2009.

YUSHCHENKO, Kateryna. The Orange revolution and beyond. *Journal of Democracy*, vol. 19, no. 3, p. 158-161, 2008. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/241806>>. Acesso em: 20/04/2016.

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Victoria Helena Guimarães

**O JOGO DA ANEXAÇÃO DA CRIMEIA:
O CONFLITO UCRANIANO SOB A ÓTICA DA TEORIA DOS JOGOS**

Santa Cruz do Sul
2016